

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS –
CSPAP
06.03.2024**

* * *

- Abre a reunião o Sr. Major Mecca.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários. Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária, da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Registro a presença dos nobres deputados: Agente Federal Danilo Balas (Ausente.), deputado Conte Lopes (Pausa.), deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Presente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Major Mecca, presente. Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Presente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Sempre presente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Rafa Zimbaldi.

O SR. RAFA ZIMBALDI - PSDB - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Altair Moraes.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Em forma, comandante.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Rafael Saraiva.

O SR. RAFAEL SARAIVA - UNIÃO - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputada Ediane Maria (Ausente.), deputado Jorge Caruso (Ausente.), deputado Delegado Olim (Pausa.), digníssimo vice-presidente desta Comissão de Segurança Pública. Quero registrar as nobres presenças do deputado Barros Munhoz, deputado Paulo Mansur, deputado Itamar Borges, deputado Capitão Telhada, integrante desta comissão.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Presente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Jorge Wilson, líder do Governo, encontra-se presente. Deputado Barros Munhoz já foi citado, muito obrigado, deputado, pela sua presença.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Pela ordem, deputado.

O SR. REIS - PT - Presidente, deputado Major Mecca, eu gostaria de propor que os deputados pudessem fazer as suas perguntas antes da apresentação do secretário Derrite, que fossem perguntas objetivas e rápidas, para que todos aqueles que se inscreverem possam ter essa oportunidade, para que dê tempo, porque tem deputados aqui que têm outras comissões, e eles têm que sair para outras comissões. Que a gente seguisse essa lógica.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - A nossa orientação, deputado Reis, para que nós tenhamos praticidade nos trabalhos, é que o secretário de Segurança Pública tenha o tempo inicial para a sua explanação, até mesmo porque, durante a sua explanação, ele certamente já responde a inúmeras perguntas que seriam feitas posteriormente.

E o secretário de Segurança Pública, Exmo. deputado federal licenciado, Guilherme Derrite, a quem eu tenho a honra de estar ao lado, não só hoje nessa comissão, mas desde

os trabalhos que fazíamos de combate ao crime na defesa do povo de São Paulo, na Polícia Militar do Estado de São Paulo. Secretário, seja muito bem-vindo. Delegado Artur Dian, delegado-geral da Polícia Civil, seja muito bem-vindo. Coronel Cássio, comandante-geral da Polícia Militar, o coronel Coutinho, subcomandante da Polícia Militar, sejam todos muito bem-vindos a esta Casa Legislativa.

O SR. REIS - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Tem a palavra, deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Já que então vai ser essa lógica, primeiro o secretário vai falar, eu já gostaria que V. Exa. pudesse fazer a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Tá ok, vocês podem... A Mesa pode dar início às inscrições.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Da mesma forma, Sr. Presidente... (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PT - Excelentíssimo secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, irá apresentar o andamento de sua gestão e o desenvolvimento das ações, programas e metas dessa pasta. Secretário, o senhor tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Sr. Presidente, também estou inscrito para arguir, Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Agradecer a presença do superintendente da Polícia Técnico Científica, Dr. Salomão. Doutor Salomão está aqui ao lado, é uma honra tê-lo aqui conosco.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Gostaria de saber como que está a lista de oradores.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PT - Está sendo construída aqui agora pelos integrantes da Mesa.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Tá bom, se der para colocar o meu nome, agradeço.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Será inscrito, deputado.

O SR. GUILHERME DERRITE - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Só registrar a presença da deputada Mônica Seixas do Movimento Pretas, muito obrigado, deputada.

O SR. RAFA ZIMBALDI - CIDADANIA - Líder de Governo também presente.

O SR. GUILHERME DERRITE - Alou, alou, alou.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Foi citado, foi citado.

O SR. GUILHERME DERRITE - Alou, som. Ok. Bom, boa tarde a todos, é um prazer poder voltar à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Casa que eu respeito muito. Desejar sucesso nesse ano legislativo a todos os senhores, e apresentar aqui uma prestação de contas da nossa gestão, a transparência e os resultados obtidos no ano passado, e um pouco do plano estratégico para 2024.

Bom, primeiro ponto, que era um grande desafio do início da nossa gestão - em virtude da Lei Complementar nº 173, uma lei federal, que teve vigência durante o período de pandemia, com proibição de concurso públicos, de promoções, de aumentos salariais -, nós recebemos, nós herdamos um déficit de efetivo muito grande. Na verdade, o maior déficit de efetivo da história das forças de segurança de São Paulo. Esse era o quadro em que nós recebemos a secretaria, com defasagem de até 33%, porque eram 33% na Polícia Civil, 25% na Polícia Técnico-científica e cerca de 20% na Polícia Militar.

Então, quais foram as primeiras ações nossas? Solicitando ao governador Tarcísio uma medida logo no início da gestão, porque, talvez quem não teve experiência no Poder Executivo não saiba, mas desde a autorização para o edital de concurso, até a realização do concurso, a formação do policial e o policial estar pronto na ponta da linha, se nós fizermos vencendo as burocracias, de forma célere, isso pode demorar até dois anos, ou mais.

Então, nós tínhamos um concurso em andamento, de 2.900 vagas na Polícia Civil, o governador autorizou o maior concurso da história da Polícia Civil - eu estou mencionando a Polícia Civil, porque seu déficit era o maior, de 33% -, de 3.500 vagas, além daquele de 2.900 que já estava autorizado.

Aliás, esse de 2.900 já foi 100% concluído, está esperando a nomeação, e eu solicitei ao governador, também por pedido de vários deputados, que os excedentes desse concurso da Polícia Civil fossem nomeados. A previsão é de que mais de 4.000 policiais civis tomem posse nesse concurso de 2.900 vagas, completando o efetivo das delegacias em todo o estado - no interior, delegacias que temporariamente estão fechadas, não funcionam aos finais de semana -, por conta dessa ação nossa.

Então, mais de 12.000 vagas foram autorizadas entre Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Técnico-científica. No âmbito da Polícia Militar, foram mais de 5.400 vagas para soldado, e percebam, os senhores, como vocês colaboraram muito com isso. O nosso primeiro passo na recomposição salarial, no aumento de efetivo aprovado por unanimidade por todos os senhores, e todos os partidos, por 85 a 0 a votação na Alesp, contribuiu muito para isso, porque nós tínhamos um problema com a atratividade para a carreira policial.

Aumentando em 31% o percentual dos soldados de segunda classe, nós saímos de um concurso de 2022, da gestão anterior, com 48 mil candidatos para 2.700 vagas, e somente 907 se formaram na ponta da linha, deputado Reis. No primeiro concurso da nossa gestão, nós saltamos de 48 mil candidatos para 78 mil candidatos, com completamento das 2.700 vagas.

E aí, mais uma ação do governador, priorizando a Segurança Pública, chamando alguns excedentes, totalizando 3.042 policiais militares, soldados de segunda classe em formação neste momento, que estarão prontos ao final do ano para serem empenhados nas unidades operacionais.

Então, o aumento salarial está diretamente relacionado com o esse concurso, porque aumentou a atratividade. Então, mais de 12 mil vagas que foram autorizadas e estão em

andamento. Com isso, e o emprego nos locais de maior demanda policial, e a gente vai falar obviamente de centro e Baixada Santista, demanda baseada em indicadores criminais, necessidade de redução de indicadores criminais, e ali estão as prioridades do centro-litoral.

As operações, e aqui eu destaco a operação “Impacto”, idealizada pelo coronel Cássio, comandante-geral da Polícia Militar, em especial na área central, mas que acontece em todo o estado de São Paulo; e a operação “Resgate” na região central, também realizada pela Polícia Civil.

Aliás, hoje realizamos a prisão de um indivíduo com 100 aparelhos celulares na região central de São Paulo, é considerado o maior exportador de aparelhos celulares roubados e furtados do País. E o que chamou a atenção - por si só já seria uma grande prisão, 100 aparelhos celulares -, foi a quantia de 10 milhões de reais na conta desse criminoso.

Então, nós alcançamos o topo da cadeia ilícita, de um criminoso que comprava celulares roubados e furtados, e exportava isso, boa parte, pelo aeroporto de Guarulhos, para mercados consumidores internacionais. É o combate ao mercado ilícito. Dez milhões de reais na conta desse indivíduo foram detectados, há a apreensão agora de 100 aparelhos celulares, eu tenho certeza de que isso tem colaborado, essa operação...

Os 10 milhões que estão bloqueados, como bem lembrou nosso delegado-geral. E agora esses aparelhos podem ser devolvidos para as vítimas, lembrando que vocês também nos ajudam muito quando falarem para a pessoa que teve o celular furtado ou roubado registrar o boletim, e colocar o Imei do aparelho celular, porque aí a polícia tem condições de ligar para essa pessoa e devolver o aparelho.

Então, há essa estratégia de novos concursos, aumento salarial, empregando o efetivo nas regiões prioritárias, com maiores indicadores criminais: centro, Baixada Santista; operações constantes. Os convênios com o nosso Tribunal de Justiça de São Paulo, temos alguns em andamento, o principal deles teve um grande destaque: em toda prisão realizada pelas polícias, durante a audiência de custódia, esse acordo de operação da SSP com o TJ permite que a autoridade judicial use a tornozeleira eletrônica para monitorar com mais efetividade aquele indivíduo que responderá ao crime em liberdade.

E aí, nós pedimos para que isso fosse feito prioritariamente nos crimes que acontecem na Capital, na região central, e nos crimes de violência contra a mulher. De todos os indivíduos tornozelados hoje, nós temos 97 agressores, de violência contra a mulher, e destes...

O que é muito importante nessa questão da tornozeleira eletrônica, ampliando demasiadamente a rede de proteção de violência contra a mulher, é termos linkado o endereço da vítima com a tornozeleira eletrônica do agressor. Aquele agressor, ao tentar se aproximar da residência da vítima, emitirá um alerta para a central de operações, a Copom, por inteligência artificial.

É uma evolução do que já existia, o botão de pânico, porque o botão de pânico depende de uma ação humana, da vítima. A tornozeleira eletrônica, linkada com o endereço da vítima, emite um alerta para o Copom e a viatura da Polícia Militar chega rapidamente. Nem a própria vítima fica sabendo do agressor dela. Ela, possuindo medida protetiva, vai ter essa capilaridade e esse atendimento da Polícia Militar.

Oito desses 97 tentaram se aproximar das residências das vítimas, e foram salvos pela Polícia Militar. As tornozeleiras eletrônicas são para qualquer tipo de prisão em flagrante e também para agressor de violência de contra a mulher.

E uma inovação nossa foi trazer as 800 tornozeleiras que estavam na SAP - Secretaria de Administração Penitenciária -, para ampliar essa rede de proteção na violência contra a mulher. Isso resultou, no ano de 2023, numa maior produtividade policial e uma redução histórica de indicadores criminais.

Bom, próximo. Aqui nós temos dois quadros, o quadro à nossa esquerda, com os números comparando 2022 com 2021, e o quadro da direita, o primeiro do ano da nossa gestão, comparando 2023 com 2022. Em todos os indicadores, nós apresentamos melhora, exceto no furto outros. Então, homicídios dolosos, latrocínio, roubo, roubo de carga, roubo de veículo, chegando ao ponto de menos 3.251 roubos de veículos no estado, graças à estratégia adotada pela nossa gestão.

Esse quadro é bastante significativo também, admissão de furto e roubo de veículo, 2023 comparado com 2022. O início do governo, o início da nossa gestão, janeiro, fevereiro, março, quando se inicia ali a operação “Impacto” e a operação “Resgate”. O que está em vermelho é início da gestão.

A partir de abril, nós temos uma queda constante dos indicadores criminais de furto e roubo de veículos. Furto e roubo outros, aquele vermelho ali ainda é os furtos outros, tendo uma pequena elevação de 2%, 3% ou 4%, mas olhe a tendência de aumento criminal que nós herdamos, e como nós conseguimos completar o ano, chegando a abaixar em 22% os indicadores criminais.

E aqui, aí sim, eu quero aqui parabenizar e agradecer a todos os policiais envolvidos, porque isso está acontecendo graças a cada policial civil, militar e técnico-

científico. Nós apresentamos, no ano de 2023, a maior redução de homicídios da história do estado de São Paulo, desde que essa história passou a ser computada, nós apresentamos o menor número de homicídios e a maior redução histórica de homicídios, e não há bem maior do que a vida e todos nós sabemos disso.

Próximo. Bom, vou falar um pouco do centro de São Paulo, para vocês terem uma ideia. Aqui nós pegamos os distritos policiais de Campos Elíseos e Santa Cecília, os 3º e 77º distritos policiais, que compreendem a região conhecida lá como Cenas Abertas de Uso ou informalmente conhecida como Cracolândia.

Esse trabalho, juntando a operação “Impacto” da Polícia Militar e a operação “Resgate” da Polícia Civil, desarticulando o crime organizado local, realizando a prisão do maior abastecedor de drogas da região da Cracolândia, pertencente ao PCC, resultou nesse quadro que a gente está vendo aqui.

Na 1ª seccional-centro, de forma geral, redução de 22,5% de furto e roubo, em especial o roubo, 25,4%. E somente nos dois DPs, porque a região seccional-centro compreende outros distritos policiais, mas no 3º e o 77º, uma redução que chega a 40%. Só na região central de São Paulo, nós temos aí - isso eu estou falando de janeiro de 2024 comparado a janeiro de 2023 -, isso significa dizer que quase 2.000 pessoas na região central deixaram de serem vítimas, se comparado ao período anterior. É um número muito impactante e muito positivo. Próximo.

E aqui, eu coloco em destaque uma matéria da “Folha de S. Paulo”, que normalmente tem um senso mais crítico em relação à atuação da Segurança Pública e das polícias, e aqui a “Folha” registra: “governo de São Paulo registra o menor roubos e furtos na Cracolândia desde março de 2023”, um reconhecimento do desempenho da atuação na área central. Próximo.

Vamos falar de Baixada Santista. Indicadores criminais de roubo. Na outra, na primeira apresentação, acho que no segundo semestre do ano passado, a gente falou muito sobre os indicadores criminais na Baixada Santista. Qual foi o grande desafio lá na Baixada: que eles não respondiam ao resto do estado. Nós empenhávamos mais esforços, mais efetivos, uso de inteligência policial, e mesmo assim na Baixada o indicador criminal não reduzia, e isso fez com que nós...

E lá, infelizmente, nós temos uma realidade em que o crime organizado, que foi negligenciado durante muitos anos no estado de São Paulo, se instalou geograficamente por conta da posição geográfica e, por apontamentos do serviço de inteligência, do tráfico internacional de drogas, utilizando o Porto de Santos. E nós tivemos mais de 130 ataques

a viaturas policiais no primeiro semestre do ano passado, estou falando de disparos de arma de fogo deflagrados contra policiais em serviço.

Fez-se a necessidade da operação “Impacto”. Nessa operação “Impacto”, infelizmente, nós tivemos o falecimento do soldado Patrick Reis, e aí, um tema que foi amplamente discutido, debatido, aqui inclusive, foi a deflagração da operação “Escudo”, que foi o único período em que nós apresentamos a maior redução ali do número de roubos. Logo na sequência, julho e agosto, porque agosto foi quando a operação estava em andamento, para chegar no cenário de dezembro e janeiro, dezembro de 2023 e janeiro de 2024, que é aquele número em verde. Qual é a conclusão a que a gente chega?

Foi o período da operação “Verão”, quando nós empenhamos o maior número de efetivo policial da história da operação “Verão”. Tem um deputado estadual que não está presente aqui, o deputado Paulo Correa, que aprovou o projeto dos senhores, de alguns dos senhores, que estavam na legislatura, falando sobre a operação “Verão” permanente. E à época, o governador Márcio França regulamentou por decreto. E as polícias já estavam fazendo, isso não estava sendo divulgado.

O que significa a operação “Verão” permanente? A Baixada Santista, em especial por conta das alterações climáticas, ou melhor, da temperatura de um final de semana, de um feriado, faz com que turistas da Capital visitem o litoral, passem o final de semana ou o feriado prolongado no litoral. E essa operação “Verão” permanente vem para regulamentar o emprego do efetivo policial de forma inteligente nesses períodos, porque o efetivo policial que está presente lá, que pertence ao Deinter 6 e ao CPI 6, não daria conta ou não dá conta da demanda, porque chegamos a ter aí milhões de pessoas que vão frequentar o litoral paulista.

A maior operação “Verão” já realizada, com o maior número de policiais. E agora, neste ano aqui, em primeira mão falando para os senhores que nós iremos cumprir o que está na lei - aprovada pela assembleia - e o planejamento da operação “Verão” permanente. Toda vez que tiver um feriado prolongado, ou um final de semana em que nós tenhamos a informação de que haverá um fluxo maior de turistas na Baixada Santista, o policiamento será reforçado pelas forças policiais do estado de São Paulo. Próximo.

Bom, essa é a operação “Verão” 2024. Foram mais de 3.100 policiais militares, mais de mil policiais civis empregados, e nós tivemos esse resultado aí de 858 presos, entre eles, 324 adultos e 38 adolescentes infratores, 90 armas de fogo ilegais apreendidas, mais de meia tonelada de droga - 612 quilos de drogas - apreendida, 85 veículos recuperados, 1.179 salvamentos, eu falo salvamentos aqui porque o Corpo de Bombeiros

realiza uma grande operação com o grupamento do GBMAR, que é o Grupamento de Bombeiros Marítimos.

Volta só um pouquinho. E 836.000, quase um milhão de ações de prevenção, aí entra bastante a questão do bombeiro, com orientações, o que a população acha que aquele bombeiro que fica com apito chamando o pessoal para vir mais para perto, não é porque ele é... Ele está fazendo o trabalho dele, para evitar que uma morte aconteça. E depois que a Polícia Militar e que o Bombeiro Militar implementou o guarda-vida temporário, que é uma contratação temporária durante o período de temporada, o número de afogamentos foi um grande sucesso, foi um case de sucesso dos Bombeiros.

Eu coloquei esse mapa aqui para vocês terem uma ideia de criminosos que respondem a crimes ou em liberdade, ou em regime aberto, ou livre condicional. Pela primeira vez na história, estão sendo tornozelados, ou poderiam ser tornozelados, na Baixada Santista.

Por que eu estou falando isso? Um criminoso... Alguém comete um crime e passa por todo o devido processo legal, com direito a ampla defesa contraditória. Foi condenado. Depois de condenado, ele pode responder, num primeiro momento, num regime fechado, pode progredir para o regime semi-aberto e depois evoluir para o regime aberto. Quando esse indivíduo, esse criminoso responde pena em regime aberto, o estado não tem nenhum mecanismo de fiscalização sobre ele.

Isso é uma pauta do Congresso Nacional que eu estou passando para os senhores, tá? É uma decisão em que o Congresso Nacional tem que se posicionar. E aqui em São Paulo, nós descobrimos, através de um estudo científico, que já foi inclusive publicado, do major Rodrigo Villardi, que é mestre doutor em direito penal pela USP.

Nós pegamos duas datas do ano de 2021, o dia 8 de abril e o dia 5 de agosto. No dia 8 de abril, todas as prisões em flagrante realizadas pela Polícia Militar, deu quase 200 prisões em flagrante por todo o estado. Quarenta e sete por cento dos indivíduos presos em flagrante ou estavam procurados pela justiça, ou livramento condicional ou respondendo em liberdade: metade. Praticamente metade.

Como o número assustou muito, eles fizeram na época uma contraprova, no dia 5 de agosto do mesmo ano, e chegaram ao exato número de 50% dos criminosos presos em flagrante - no ato, no cometimento de um crime -, criminosos que deveriam estar de alguma maneira sendo fiscalizados, assistidos ou tutelados ali pelo Estado, nessas mesmas condições que eu aponte.

Então, o uso da tornozeleira eletrônica é uma ferramenta de proteção da sociedade, em especial, deputada Valéria Bolsonaro, das mulheres; e tem tido uma eficácia muito grande em nosso estado. Volta só um pouquinho, aí.

Nós tivemos um projeto, realizado pela Polícia Militar, na cidade de Sertãozinho, que foi o projeto “Vida”, em parceria com o Poder Judiciário. O policial militar, que se depara com indivíduo que está em regime aberto e está descumprindo aquilo que a lei determina, pouco tinha - até a nossa gestão, até o acordo de cooperação com o TJ - para fazer em defesa da sociedade.

Em Sertãozinho, um juiz das execuções criminais e um comandante de batalhão tiveram a iniciativa de falar “vamos fazer diferente? Para quem estiver descumprindo a lei, o policial vai fazer um boletim de ocorrência”, e detalhe, era no papel, deputado Conte Lopes. Preenchia um BO dizendo “ele está 11 horas da noite em local que não poderia, está descumprindo aqui a medida cautelar que o judiciário impôs”, juntava-se todos esses boletins de ocorrência, o comandante enviava um ofício para o Poder Judiciário, ele analisava um a um, e aí poderia chegar até à regressão do regime, de aberto para semi-aberto, de aberto para fechado, dependendo do que a autoridade judicial decidisse.

Esse projeto teve o resultado muito impactante: a redução da reincidência, caiu de 69% para menos de 9%. É atacando a reincidência criminal, somente ao fiscalizar aquele indivíduo que não cumpre a lei. Ok. Sabendo disso, na época ao Dr. Anafe, presidente do Tribunal de Justiça, nós propusemos que isso fosse feito em todo o estado de São Paulo, só que não mais com um boletim, um papel, um ofício, e sim com sistemas de TI se interligando, tanto das polícias quanto do judiciário.

E agora, isso é uma realidade e estamos em fase de teste, onde o policial militar, durante o patrulhamento se, ao consultar a central de operações da Polícia Militar, ele verificar que é um indivíduo que está em regime aberto e está descumprindo o que a lei determina, ele vai notificar diretamente e o Poder Judiciário vai ter acesso, porque o juiz das execuções criminais vai receber essa informação. E a partir daí, a gente pode ajudar a autoridade judicial a tomar a decisão que ele achar necessária, para que a lei seja cumprida.

O objetivo, claro, é combater a reincidência criminal, é fazer com que o indivíduo que cumpre pena no regime aberto, já que ele teve legalmente esse benefício, que ele cumpra aquilo que está na lei, e não - como foi comprovado no estudo científico - que ele cometa novos delitos, fazendo novas vítimas.

Bom, enfrentamento ao crime organizado. Isso aqui é a variação de percentual de produtividade operacional. A diferença de um ano para o outro, no primeiro ano, nós apreendemos 11.764 armas de fogo, um aumento de percentual de 15%, mas uma variação absoluta de 1.515 armas a mais do que o ano anterior, na nossa gestão. Um aumento de 25,3 toneladas a mais do que o ano anterior, e de pessoas presas, quase 12 mil a mais, 11.996.

Eu coloquei esse apontamento aqui do crime organizado, porque o crime organizado - tem até uma matéria do “Estadão”, não sei se constou aqui, de uma economista renomada - deixou de cobrar, inclusive, o que eles chamavam de mensalidade, para que o indivíduo pertença ao crime organizado, ao PCC. E eles só fizeram isso por conta da expansão do tráfico internacional de drogas, a lucratividade do tráfico de drogas. Nós estamos falando ali de 277 milhões de dólares, é um bilhão e 400 milhões de reais em prejuízo, porque essa droga não saiu do Brasil e não chegou aos principais mercados consumidores internacionais.

Bom, a matéria está aí falando, do “Estadão”: “lucro alto com tráfico de drogas faz PCC deixar de cobrar mensalidade de integrantes”, olha o lucro lá, de “um bilhão de dólares”, a estimativa, “5 bilhões de reais”. É isso que nós estamos combatendo aqui em São Paulo, e é isso que nós não vamos negligenciar, a gente não vai fingir que o crime organizado não existe. Nós estamos em um momento, no estado de São Paulo, de uma transição.

Com todo respeito aos governos anteriores, que optaram em não encarar esse grande desafio, porque é o maior desafio do Brasil, do estado de São Paulo, a Segurança Pública. É combater um crime organizado que arrecada um bilhão de dólares por ano com tráfico internacional, em detrimento dos nossos investimentos que são escassos, o nosso efetivo que é finito, e do que há de mais importante para nós, que é a vida do nosso policial, que está em risco.

Uma outra visão econômica aqui, “medo da criminalidade afasta negócios e leva regiões do Brasil à desindustrialização”, a gente não quer isso para o estado de São Paulo, muito pelo contrário, a pauta do nosso governador é atrair cada vez mais investimentos. Aliás, eu estive ontem acompanhando o governador na Toyota, para o anúncio de 11 bilhões de investimentos, que foram feitos por esse grupo, na ampliação da sua planta, dobrando a capacidade da planta.

Olha o que essa economista, Maria Sílvia, que é renomada - e que provavelmente, até no campo político, tenha uma visão muito diferente da minha, no espectro ideológico

-, diz. Olha o que ela fala aqui, provando que Segurança Pública, deputado Reis, é uma pauta suprapartidária, não é da esquerda, não é da direita, é para defender a população. O risco é cruzar o ponto de não retorno na violência, e afugentar investidores. Para que nós não possamos chegar num ambiente em que o investidor internacional - porque hoje o mundo é globalizado - olhe para o Brasil achando que nós somos um... Que haja o perigo de nós nos tornarmos um narco-Estado.

O crime organizado existe no mundo inteiro, mas não a violência atrelada ao crime organizado, e não necessariamente também a ocupação de territórios. Por isso que a gente não pode permitir que não haja nenhum espaço em que as forças do Estado - as forças de segurança, as forças de saúde, as forças de assistência social, sejam quais forem, mas em especial, nesse caso, quando se fala de crime organizado - deixem de realizar as suas atividades.

Um estudo do FMI está falando aqui que o crescimento econômico aumentaria na região meio ponto percentual. E olha que legal isso aqui, se a criminalidade na América Latina caísse para o nível de 33 mortes por 100 mil habitantes. Caísse para 33 por 100 mil habitantes. Só que como nós vivemos na América Latina, e dentro da América Latina, no Brasil; e dentro do Brasil, no estado mais seguro do País, o nosso índice é de 4,01 por 100 mil habitantes.

Nesse indicador aqui, eu poderia até citar alguns estados que possuem um número alarmante, mas eu não vou fazer, porque são estados governados por outros partidos políticos, que vão achar que eu estou querendo politizar, e eu não estou, estou falando do nosso estado de São Paulo, que é motivo de orgulho para todos os deputados, independente do partido político, é para a gente agradecer às forças policiais e às estratégias que estão sendo adotadas: 4,01 por 100 mil habitantes.

Bom, falar um pouco de violência doméstica e aumento da rede de proteção. Delegacia da Defesa da Mulher, são 140 em todo o estado. Todos sabem que elas não funcionam por 24 horas, 11 funcionavam por 24 horas, e nós temos 78 salas das Delegacias da Mulher funcionando por 24 horas.

Deixe-me explicar para vocês: das 140, 11 funcionam, e nós, até o final do ano, faremos outras 7 funcionar por 24 horas, que são as sedes de macrorregião. Então, São José do Rio Preto, Bauru, Araçatuba, São José dos Campos, cidades que são sede de região metropolitana terão uma DDM funcionando por 24 horas, presencialmente. E o restante das outras 140, além das 78 - são 62, se eu não estiver ruim de conta -, vai ser

anunciado em breve pelo governador que funcionarão também por 24 horas de forma remota.

O que isso significa, deputada Valéria? Vamos supor que uma mulher chegue lá em algum município da região de Campinas, relatando que foi agredida pelo seu companheiro, ex-companheiro. Ela chega no plantão policial, tem o delegado Conte Lopes, o escrivão Altair e o investigador Olim. Ela não vai se sentir confortável para relatar, não vai haver uma empatia.

Com isso, qual a nossa estratégia, será oferecido a ela o deslocamento até a DDM da região, que atende, para que ela tenha uma sala humanizada, e ela vai entrar em contato por um atendimento virtual, por vídeo conferência, por uma delegada mulher aqui da capital, que vai estar no plantão. É um atendimento por vídeo conferência. Essa capilaridade vai abranger todas as 140 DDMs, isso vai ser anunciado pelo governador em breve.

Bom, o programa “SOS Mulher”. Nós tivemos quase 40 mil usuárias cadastradas, quase 6 mil acionamentos, 4.400 despachos de viaturas, 381 agressores levados às Delegacias da Mulher e 170 presos. Próximo.

O programa “Bem me Quer”. Cinco mil, duzentos e quarenta e nove atendimentos realizados. Aqui se fala da violência sexual também. Volta um pouquinho, aí. Aqui está o ranking dos estados mais seguros do Brasil, segundo o anuário de 2023, e o nosso objetivo é fazer com que a gente melhore cada vez mais. Ali está o número de 11,3 por 100 mil habitantes, e nós temos estados que passam de quarenta.

Lembram dos 33 que a economista falou? Da América? Trinta e três está ali o Rio de Janeiro, 32,7, e 32,8 o Espírito Santo. De Alagoas para baixo são todos estados que estão acima do número apontado como o mínimo aceitável, e nós temos o orgulho de ter São Paulo lá, com todo respeito ao estado de Santa Catarina, com as dificuldades, o tamanho geográfico, as peculiaridades muito diferentes, mas esse é o estrato do nosso trabalho.

No ranking das capitais mais seguras, São Paulo está em segundo lugar, somente atrás de Florianópolis. Das dez primeiras, São Paulo está em segundo. Próximo. E o que é bem legal, das dez cidades mais seguras do País, sete estão no estado de São Paulo. Aqui, Salto - vizinho de Sorocaba -, Várzea Paulista, região de Campinas também, Botucatu - que fica entre Sorocaba e Bauru -, Indaiatuba - o deputado Rogério que é de Indaiatuba? Deputado Rogério -, Araraquara, Votorantim e Poá, na Grande São Paulo. Próximo.

Eu acho que de forma bem sucinta... E aí eu gostaria muito de ouvir os questionamentos, as sugestões, antes de mais nada, dos deputados que já se inscreveram aí. O deputado Mecca, nosso presidente, está controlando. Desculpa que eu pulei (Inaudível.) e já fui fazendo a apresentação, mas acho que é para acelerar aqui, mais prático, para que a gente possa tirar eventuais dúvidas e esclarecer posicionamentos, ou até algo do nosso plano estratégico de 2024.

E aproveito aqui mais uma vez para agradecer o apoio da Alesp nas pautas que chegaram aqui da Segurança Pública, em especial o primeiro passo da recomposição salarial, aprovado por todos os senhores por 85 a 0. Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Secretário de segurança.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Para se inscrever, Sr. Presidente. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Guilherme Derrite.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Não posso deixar de externar, ao senhor e à sua equipe, a gratidão dos cidadãos de bem do estado de São Paulo, pela dedicação e pelos esforços do senhor, do Doutor Artur Dian, do coronel Cássio, do coronel Coutinho, do Doutor Salomão, da superintendência da Polícia Técnico-científica, pelas mudanças que já vêm acontecendo no nosso estado.

Na área central de São Paulo, ainda há muito que se fazer, no entanto, quando nós caminhamos pelo centro de São Paulo, nós ouvimos de moradores, de comerciantes, que já são perceptíveis as mudanças feitas naquela região. Como nós ouvimos também no litoral paulista, de muitos moradores, comerciantes, moradores de comunidades, que são gratos pelo trabalho e pelo esforço dos nossos policiais.

Eu gostaria de registrar, antes de abrir a palavra, a presença dos deputados Guto Zacarias, a deputada Valéria Bolsonaro, o deputado Dirceu Dalben, a deputada Ediane Maria, o deputado Carlos Gianazzi, deputado Dr. Jorge do Carmo, saiu já? Mas está registrado, ele ouviu a explanação.

Eu vou dar início...

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Presidente, para se inscrever. Capitão Telhada.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Conte Lopes se inscreveu, e também o deputado Capitão Telhada.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Com a palavra, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só para eu me inscrever, só para ver a lista, como que está a ordem, para eu me organizar aqui. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Encontra-se em minhas mãos aqui, o senhor está inscrito.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - O senhor não pode ler só a ordem, para a gente se organizar aqui?

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Será o primeiro o deputado Suplicy, deputado Altair Moraes, deputado Reis, Rafa Zimbaldi, Mônica Seixas, Paulo Mansur, Jorge Wilson, Barros Munhoz, Ediane Maria, Carlos Giannazi, Conte Lopes e Capitão Telhada. Essa é a relação que se encontra em minhas mãos. Com a palavra, deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Sr. Presidente, deputado Mecca, acho que é muito importante o Sr. Guilherme Muraro Derrite, a sua presença hoje e com tantas

informações, que indicam um esforço, uma atenção muito forte para maior segurança no nosso estado.

Eu tenho algumas perguntas aqui, encaminhei-as para facilitar o seu conhecimento, por escrito. Sobre o uso de câmeras corporais pelos policiais, uma pesquisa lançada em maio de 2023, pela Unicef e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrou uma diminuição de 62,7% das mortes causadas por policiais no estado, que passaram de 697 mortes, em 2019, para 260, em 2022.

Esse estudo mostra que as mortes caíram 76,2% nos batalhões em que a tecnologia foi adotada, e 33,3% nas companhias que não usam o equipamento. Estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, divulgado no fim de 2022, também demonstrou queda de 57% na letalidade policial após a utilização dos equipamentos. Em 2023, as mortes causadas por policiais militares em serviço voltaram a subir. Até novembro de 2023, os agentes da PM em serviço mataram 313 pessoas em todo o estado, número que já supera os 256 casos registrados em 2022.

Ao mesmo tempo, ao longo do ano passado, o governo de São Paulo editou quatro decretos, reduzindo os valores que deveriam ser investidos em câmeras corporais, repassando os recursos para outros programas. Houve um corte 37 milhões de reais no programa de câmeras corporais.

Em janeiro deste ano, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a partir do trabalho de especialistas, exarou recomendações sobre as instalações dos equipamentos nos uniformes durante todo o expediente de policiais, dentre outros tópicos de procedimento. Eu pergunto: qual é a sua posição sobre o uso de câmeras corporais pelos policiais militares?

Segundo. O governo estadual irá adotar as recomendações do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária? Se sim, em que fase está o planejamento e qual a previsão para implementação das recomendações? Se não, qual a justificativa para a não-adoção das recomendações?

O outro tema, sobre a troca de coronéis da Polícia Militar. Em 1º de fevereiro, o senhor mudou mais de 50% dos coronéis da PM de São Paulo, inclusive, coronéis do alto comando. Tal fato é inédito na história da Polícia Militar, e segundo várias matérias jornalísticas, desagradou parte expressiva do coronelato, em especial aqueles críticos aos moldes atuais das operações da Baixada Santista e os defensores das câmeras corporais, que entendem que as câmeras são importantes para a lisura do policiamento. Qual é a motivação política para a mudança dos 34 coronéis?

Sobre as operações “Escudo” e “Verão” na Baixada Santista. Meu mandato - ou seja, eu próprio, mas às vezes a minha assessora - participou de três idas à Baixada Santista junto com os órgãos de controle social da atividade policial, organizações de direitos humanos, para a escuta de familiares e testemunhas de pessoas mortas pela polícia o curso das operações “Escudo” e “Verão”, que já vitimaram, desde o ano passado, cerca de 60 pessoas.

Apesar de em todas as ocorrências a Polícia Militar alegar troca de tiros em confrontos, os relatos de testemunhas de familiares de várias vítimas apontam que houve execuções sumárias; que os locais dos crimes não foram preservados, inviabilizando a perícia; que câmeras corporais ou não foram usadas, ou não foram usadas de forma correta. E relatam violação de domicílio e vários outros tipos de abuso, direcionados à população que se encontra atemorizada.

O senhor reconhece que houve abusos nas operações “Escudo” e “Verão”? Esse modus operandi das operações foi ordenado pelo senhor? Ainda sobre as operações na Baixada Santista, há relatos e filmagens de que policiais militares foram ao enterro de pelo menos duas pessoas, e que inclusive, tiraram fotografias. Pergunto se é comum policiais militares irem ao velório das pessoas por eles vitimadas; e se o senhor não considera que essa é uma forma até de intimidar os familiares?

Finalmente, no último dia 5 de fevereiro, encaminhei ao senhor um requerimento de informações, com 13 perguntas específicas sobre as operações “Escudo” e “Verão”, na Baixada Santista. Porém, ainda não obtivemos resposta. Eu passo às suas mãos novamente o requerimento, solicitando que ele possa ser respondido.

Meus cumprimentos. Agradeço. Que possa haver as respostas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Se quiser responder às questões, secretário, a palavra está com o senhor.

O SR. GUILHERME DERRITE - Primeiro, eu queria agradecer ao deputado Suplicy, pela organização aqui, (Inaudível.) das perguntas, que vão facilitar bastante as nossas respostas. Dizer do respeito que eu tenho pela vida política do senhor. E passo a responder uma por uma das que o senhor mencionou.

Primeiro sobre o estudo e falando sobre as câmeras corporais. A gente utiliza nomenclatura internacional, adotada, inclusive, recomendada pela ONU, a letalidade criminal, e não letalidade policial, porque é uma menção que soa como pejorativa, parece

que o policial sai para a rua querendo matar alguém. Essa não é a realidade, eu garanto para o senhor, dos policiais no Brasil.

Então, quando se fala da queda de 57% na letalidade policial, após a utilização dos equipamentos, são alguns os fatores que devem ser analisados. Primeiro ponto - eu respeito muito o estudo que foi realizado, os pesquisadores - é o período em que ele foi realizado. Porque no período em que ele foi realizado, no período da vigência da pandemia, não é que reduziu o indicador criminal, reduziu a movimentação global. Então, as pessoas deixaram de ir para o trabalho, fizeram home office. Então, é um tanto quanto delicado, é o único posicionamento que eu questiono, se não seria justo um outro estudo científico, de um período que não fosse pandêmico. Esse é o primeiro ponto.

E o segundo ponto que eu menciono. A utilização da câmera corporal em unidades policiais - tem estudos já publicados, inclusive, sobre isso - não reduziu a letalidade, ela reduziu todos os números. Ela reduziu o número de prisões, reduziu o número de apreensões de armas, reduziu o número de abordagens, reduziu uma série de coisas que nos levam a crer que inibiu, inclusive, a atividade policial.

Posto tudo isso aqui, durante todo esse elaborado e esse texto que o senhor mencionou na primeira pergunta, dizendo até que os agentes da PM em serviço mataram 313 pessoas. Não, eles não mataram, eles sobreviveram a 313 entreveros, até que se prove, até que se tenha trânsito em julgado. Eu acredito nos meus policiais, eu confio na atuação legítima do policial, que usa do último recurso que ele tem, que é a arma de fogo, no ano de 2023 em detrimento do ano de 2022.

O que está acontecendo, na verdade, no estado de São Paulo, como eu mencionei antes, é uma transição, em que os policiais, claro, estão motivados para trabalhar, que estão enfrentando. E não estamos mais negligenciando a existência do crime organizado.

E quando se aumenta a produtividade policial, é lógico e natural que, infelizmente, os confrontos aconteçam, e o maior interessado em que nenhum confronto aconteça sou eu. Porque, deputado, eu falo para o senhor, o senhor não imagina a dor que é entregar uma bandeira nacional para uma viúva ou a mãe de um policial. Eu não desejo isso para absolutamente ninguém, é uma das missões mais difíceis que, infelizmente, eu já tive que realizar. E como nós não somos utópicos aqui, nós estamos enfrentando um grave problema, isso pode acontecer novamente. Por isso, eu mencionei essa questão dos policiais que sobreviveram. Mas, vou passar a responder pergunta por pergunta.

Pergunta um. A posição sobre o uso das câmeras corporais, primeiro ponto, nós mantivemos o programa, então, se está muito claro com relação a isso. Se o governador

Tarcísio tivesse interrompido o serviço que estava em andamento, com mais de 10 mil câmeras corporais, aí sim, eu acho que caberia algum tipo de questionamento. Nós mantivemos. Assim como o governador Tarcísio manteve convênios, que foram realizados com vários municípios, base dos Srs. Deputados e deputadas, para cumprir aquilo que tinha sido acordado. O programa das câmeras foi mantido.

Aí se questiona sobre remanejamento de recursos em decretos, isso foi um reajuste interno. Mas todos os compromissos provenientes dos contratos da contratação do serviço de câmera corporal foram realizados.

Agora, o que nós fizemos, que foi muito inovador, foi, em detrimento de investimento em câmera corporal do policial, nós colocamos tornozeleira no criminoso. Aí sim, foi uma grande inovação que trouxe muito resultado, foram 200 no primeiro momento, vindas da SAP, mais 800 contratadas por nós, e num futuro próximo, o governador vai anunciar um edital de mais mil tornozeleiras eletrônicas, para monitorar os covardes que agredem as mulheres. Então, são tecnologias distintas, mas que no final das contas, conforme apresentado aqui, trouxeram maior redução de homicídio da história do nosso estado de São Paulo.

Bom, sobre a recomendação do Conselho Nacional de Políticas Criminais, falando sobre instalação de equipamentos no uniforme de todos os policiais, é inimaginável que nós temos recursos. Os senhores que aprovam aqui a lei orçamentária, se para 10 mil policiais, tem o custo de 95 milhões de reais, daí eu pergunto para vocês, vai se tirar de onde esse recurso? Mas nunca passou da minha cabeça tirar da Saúde, da Educação, para investir numa política pública, em que volto a dizer, eu prefiro monitorar o criminoso, ampliar. Mantivemos o contrato, mas se for para monitorar, vamos monitorar o criminoso, que é mais barato, inclusive, chegando ao preço de quase 1/3 uma tornozeleira eletrônica, em detrimento da câmera corporal.

E a câmera corporal, para fique bem claro, tem a sua funcionalidade para as forças policiais, mas eu preciso que ele se adeque à tecnologia esperada. E daí, dentro desse conceito, nós conseguimos lá com a bancada federal, em Brasília, 158 milhões de reais, o maior investimento em tecnologia da história do estado de São Paulo, para o programa “Muralha Paulista”, que vai ser uma rede de capilaridade de sensores - quando eu falo sensores, são câmeras de monitoramento - inteligentes, que vão fazer a captação de placa de veículo roubado, furtado, nos ajudando a quebrar a cadeia logística do crime, aumentar apreensões de drogas, recuperar veículos roubados e furtados do trabalhador, que às vezes não tem um seguro.

E aí, a câmera corporal tem que se comunicar tecnologicamente com essa “Muralha Paulista”, eu não posso ter um equipamento que não traz uma funcionalidade adequada para esse programa “Muralha Paulista”.

A motivação da transferência. Aqui, o senhor até colocou, “qual a motivação política para a mudança?”, não foi política, foi técnica. Primeiro, eu agradecer o trabalho de todos os coronéis da Polícia Militar, os 63 coronéis que compõem o mais alto posto da Polícia Militar, pois esses resultados apresentados em 2023 só aconteceram pelo trabalho de todos, e pelo trabalho de cada oficial, cada soldado, cabo e sargento que estão na ponta da linha. Agora, é uma prerrogativa do governador do estado, é ele que realiza a transferência dos coronéis, e é óbvio que a sugestão partiu de mim, para que a gente possa - é natural depois de um ano - melhorar.

Eu quero melhorar cada vez mais, deputado, a entrega para a população. E nesse contexto, inclusive, um dos coronéis movimentados foi o coronel Coutinho, que tem uma experiência muito grande na área operacional, trabalhou por anos na Academia do Barro Branco, que é escola de formação de oficiais, trabalhou no 1º Batalhão de Choque, na Rota, por muitos anos, acho que são mais de dez anos trabalhando lá. Foi comandante da Rota, comandante do Choque.

Assim como o Cássio, trabalhou também durante esse período. Então, para enfrentar um grande problema, algumas mudanças técnicas, e não políticas, se fazem necessárias, isso é natural. E é prerrogativa do nosso governador.

Sobre as operações “Escudo”, na Baixada Santista, e “Verão”. Aqui, o senhor menciona, em uma das perguntas, sobre relatos de testemunhas de familiares, de vítimas que apontam que houve execuções sumárias. É importante a gente deixar claro aqui que nenhum órgão correcional das polícias - Corregedoria de Polícia Militar ou Corregedoria da Polícia Civil - recebeu qualquer denúncia, qualquer informação, qualquer relato oficial de que houve abuso de autoridade das forças policiais.

E caso isso aconteça, com total transparência e absoluta certeza isso será investigado. Então, para nós, enquanto são relatos - claro, publicizados pela imprensa - falados por parte dos moradores, a gente não pode por meio de um relato informal, de uma pessoa que nem se sabe, uma denúncia anônima, instalar um procedimento, sendo que os dois órgãos correccionais, da Polícia Civil e da Polícia Militar, não receberam formalmente nenhum tipo de denúncia.

Por isso, é óbvio que eu não reconheço nenhum excesso, até que se chegue oficialmente para as forças policiais. O modus operandi aqui, está perguntando “se foi

ordenado pelo senhor”. Não. As polícias têm diretrizes próprias de combate ao crime organizado. Importante salientar que nós estamos desarticulando o crime organizado no estado de São Paulo.

Uma criminosa presa, durante uma bela investigação, um trabalho de meses, até anos de investigação, de nome Karen, apelido Japa, que é viúva de um integrante do alto escalão do PCC. Ela foi presa, ela tinha um milhão de reais em sua residência, 50 mil dólares. Apontamentos de inteligência informais, que fazem parte ainda de um processo investigativo que continua, relatam que são bilhões de reais, ela era responsável, segundo informações, pela lavagem de dinheiro do tráfico internacional de drogas. É esse tipo de crime e de criminosos que nós estamos enfrentando lá no litoral e em todo o estado de São Paulo.

Sobre policiais militares irem ao velório. Não tenho conhecimento desse fato. E sobre forma de intimidar os familiares, também, deputado, não tenho conhecimento, e volto a dizer, eu garanto para o senhor que se algum relato formal chegar, nós vamos tomar providência.

E sobre o requerimento de informações do senhor, com as perguntas aqui sobre a operação, eu já vou solicitar para a assessoria, para ver se a gente consegue responder ainda hoje para o senhor. Eu não sei por qual motivo, aliás, motivo eu sei, porque a demanda é muito grande, sobre o requerimento de informações que o senhor, com base na Constituição do Estado, tem toda a legitimidade de perguntar, e eu tenho certeza de que o senhor será respondido em cada um desses temas.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Registrar a presença do nosso líder do PL, deputado Carlos Cezar. Muito obrigado pela presença do senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Sr. Presidente, apenas gostaria de encaminhar ao secretário Derrite o relatório de monitoramento da violação de direitos humanos na Baixada Santista, durante a segunda fase da operação “Escudo”, que foi realizada pelas entidades que ali fizeram, para o senhor tomar conhecimento. Tá bem? E muito obrigado. Se no final eu ainda puder fazer uma reflexão, no final de tudo, eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Tá bem. Deputado Altair Moraes tem a palavra.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Obrigado, presidente. Cumprimentar aqui o nosso secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite. Delegado-geral, Artur Dian, prazer você estar aqui. O nosso comandante, sempre comandante, coronel Cássio. O nosso subcomandante, coronel Coutinho, prazer conhecer o senhor, coronel, bem-vindo.

E eu tenho certeza de que essa mudança realmente foi técnica, não foi política, a gente não pode embutir isso na política, foi uma mudança técnica. E eu penso que quando se muda rei, se muda lei. O senhor tem total autonomia para fazer qualquer mudança que quiser, deixando claro, estou deixando bem claro isso, não foi política de forma alguma. A prova é tanta que nós vemos os resultados, todos aqui.

É muito fácil, secretário, a gente enxergar os resultados. Tem pessoas que só enxergam aquilo que elas querem enxergar, não adianta, o senhor vai mostrar mil vezes, e não vão querer enxergar. Mas está muito claro e muito objetivo, e a gente já sente essa sensação de segurança no nosso estado. Então, quero parabenizar. E cumprimentar o Doutor Claudinei, o superintendente da Polícia Técnico-científica também.

Bom, eu vou ser bem objetivo, e eu não vou parabenizar o senhor pelo esforço, porque teve coisas na minha vida em que eu me esforcei e não consegui realizar. Vou parabenizar o senhor e toda a equipe da Polícia Militar, Civil e Técnico-científica pelas realizações feitas. Porque uma coisa é ter esforço. Não, não foi só esforço, são também dados concretos do que está acontecendo.

Então, parabéns, de verdade. Eu rodo esse estado, como todos os deputados aqui, eu tenho certeza, a gente sente essa sensação de segurança muito maior, o efetivo na rua, sabe? Um policiamento que dá segurança, sensação de segurança à população.

Secretário, minha pergunta é muito rápida e objetiva. Em relação ao concurso de 2022, os concursados vão iniciar quando a formação na Polícia Civil? Essa é uma pergunta que muita gente me tem feito, e eu queria abrir isso aqui, porque ainda não começou, desde 2022. Entendo que existe todo um processo.

E a segunda pergunta é em relação ao concurso de 2023, secretário. Qual é a previsão para o fim do concurso de 2023? Pois até o momento, já são mais de 50 ações judiciais que os candidatos fizeram, a prova escrita, há mais de 100 dias, mas ainda não se tem o resultado. Então, eu acho que isso aqui é uma pergunta cabível, e a gente entende o esforço, mas eu gostaria de ouvir do secretário, do delegado-geral, de repente, se ele puder esclarecer, por ser da pasta dele, sobre esse assunto que muito nos perguntam, muita

gente que está fazendo concurso, que está parado, e que queria uma resposta. Obrigado, secretário.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputado. Sobre os concursos da Polícia Civil em andamento. Primeiro quero reconhecer o esforço e agradecer o apoio do secretário Arthur Lima, secretário Kinoshita, secretário Caio, porque existe todo um trâmite interno, no governo, entre o lapso temporal do edital do concurso, a realização do concurso, a nomeação, a realização do curso na Acadepol e a entrega desses policiais para a população, para bem servirem a nossa população.

Nós aumentamos as bancas da fase oral, para que fosse agilizado o mais rápido possível, de escrivães e investigadores. O de delegados da Polícia Civil deve começar neste mês de março, depois de muito esforço da nossa parte, e o de escrivães e investigadores, no mês de abril, essa é a previsão desse concurso de 2022. Lembrando que o concurso de 2022 é um concurso para 2.900 vagas, e nós estamos pleiteando a posse - já autorizada pelo governador - de 4.128.

Isso, pessoal, é um desafio grande, mas é a prioridade do governador, para colocar mais policiais nas ruas. Isso nos dá até uma certa complexidade, porque o candidato que presta qualquer concurso na área da Segurança Pública, e não preenche uma das etapas, porque uma das etapas do concurso é estar classificado nas vagas determinadas.

Eu vou usar um exemplo aqui: 200 vagas para Academia de Polícia Militar do Barro Branco, que são os oficiais. Passaram, além dos 200 - classificaram, mas não preencheram a última etapa do concurso -, mais 243. Só que eu não obtive autorização para chamar os outros 243 excedentes. Só que uma polícia chamou, a outra não, porque a prioridade é colocar mais policiais nos distritos, mais policiais no patrulhamento. Por isso que dos soldados de segunda classe, 2.700; três mil e quarenta e dois estão fazendo escola já.

E para a gente formar um aluno oficial, que vai entrar neste ano, mais quatro anos de academia, para aí sim estar na rua, que é muito importante, mas não faz parte do nosso plano estratégico, e não vai ter o efeito que nós precisamos, o mais rápido possível, de policiais nas ruas.

Deixando claro que quem passa no concurso tem que preencher a última etapa, que é estar classificado para o número de vagas previstas. Mesmo assim eu tentei incorporar esse excedente à Academia do Barro Branco, e não houve convencimento suficiente.

Então, em março os delegados, mês que vem, até o final do mês que vem, escrivães e investigadores. E a nossa previsão é de que entre novembro e fevereiro a gente faça a

nomeação e o chamamento do concurso de 2023. Tivemos alguns problemas, muitos questionamentos sobre questões, essas que estão sendo judicializadas, por isso que nós, até por lisura, não é a Polícia Civil que faz o próprio concurso, nós contratamos a Vunesp.

E aí, a gente vai analisar, depois desse último concurso, se será viável ou não manter esse contrato, ou modificar, ou trocar o órgão responsável pelo concurso, porque, de fato, nós tivemos muitas reclamações do nível da prova, da chegada no dia da prova, até com vestimenta que em alguns lugares foi considerada inadequada, enfim.

Mas fato é que nós temos os dois maiores concursos e teremos as duas maiores nomeações da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Para mim está respondido, obrigado, secretário.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Próximo, deputado Reis. Tem a palavra.

O SR. REIS - PT - Cumprimentar o secretário, Guilherme Derrite, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o público presente. Teve algumas perguntas que o nosso escrivão ad hoc já fez, então, já economizou, que era essa questão do concurso, das nomeações, porque a situação da Polícia Civil é precária demais, precária. Tem lugares que tem um funcionário trabalhando por 24 horas para atender a população, e é urgente que esses policiais sejam nomeados, e talvez até que eles possam compartilhar parte na academia e parte do tempo nos distritos, para ajudarem no trabalho do dia a dia.

Mas eu quero fazer algumas considerações, secretário, por tudo que V. Exa. apresentou aqui. Vossa Excelência mostra uns resultados, demonstrando a eficiência das polícias, da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-científica. Mas por um outro lado, a gente vê as polícias muito desvalorizadas.

Então, eu gostaria de fazer algumas questões com relação, por exemplo, aos investigadores de polícia e os escrivães de polícia, porque a Lei nº 1.067 passou a exigir que para a porta de entrada no concurso há exigência de curso superior. Mas todos esses policiais continuam com salário de nível médio, não houve o reenquadramento no nível superior. Tanto é que quando se pega o quadro, eles estão no SQC2, quando deveriam estar no SQC3.

Então, pergunta-se. A Secretaria de Segurança está fazendo todo esse levantamento, todos esses estudos, para que o investigador e o escrivão de polícia possam ter a sua devida valorização, e o enquadramento no devido salário de nível superior?

A outra questão é a dos oficiais administrativos. Os oficiais administrativos tiveram grande prejuízo com relação à insalubridade, eles tinham uma insalubridade no grau máximo, e numa canetada do departamento médico, eles passaram para o grau mínimo.

Eles já ganham um salário muito ruim, o salário é muito ruim, dos oficiais administrativos, e eles tinham essa insalubridade que os ajudava. E uma pessoa que já tem um salário que é provavelmente o salário do Estado, e muitas vezes tem que complementar, porque o salário deles é menor do que o salário-mínimo, tem que receber uma complementação, e aí tem um corte de 785 reais para 196. É praticamente a feira dele, né?

E o Dr. Nico, em uma live, disse que tinha um projeto para resolver essa questão dos oficiais administrativos, e a gente ao fazer as pesquisas, viu que esse projeto está na Consultoria Jurídica da Secretaria da Segurança Pública. Então, também a cobrança para que esse projeto dos oficiais administrativos possa ser encaminhado para essa Casa de Leis o quanto antes, para que nós possamos aprovar e dar uma resposta para os oficiais administrativos, que não estão só na Polícia Civil, eles estão também na Polícia Militar, estão também na Polícia Penal, na Polícia Técnico-científica. Então, é uma questão dos oficiais administrativos.

A outra questão é do transporte dos policiais. Eu, inclusive, tenho um projeto que eu quero entregar para V. Exa. Um projeto para a gente dar uma resposta para essa questão dos policiais civis, dos policiais penais, dos policiais militares - que eu sei que houve um esforço de V. Exa., junto com o Major Mecca, o Capitão Telhada e outros deputados que são policiais -, para que pudesse resolver. E aí, voltou aquele acordo, que anteriormente à pandemia, as empresas já transportavam até dois policiais.

Eles voltaram a transportar, mas a gente vê policiais em praças de pedágio, pedindo carona; policiais aguardando para poder conseguir ir para casa. Então, é muito importante. Eu ainda questionei o secretário Artur, ele disse que precisava de mais 50 milhões, e eu acho que 50 milhões para o governo disponibilizar, para garantir a segurança.

Porque nisso aí, nós estamos tratando de segurança do policial, imagina um policial ali numa praça de pedágio, pedindo carona, quem é essa pessoa que vai dar a carona para ele? O risco que ele está correndo, ao andar com aquele desconhecido, inclusive, que pode até estar transportando drogas, e aquele caroneiro não está sabendo.

Então, é muito importante que o Estado possa dar essa resposta e garantir a segurança, buscando que esse recurso seja disponibilizado, para garantir o transporte dos policiais civis, militares, penais, técnico-científicos.

A outra questão, secretário Derrite, é com relação à Portaria DGP nº 28, de 2023, que criou um GT, um grupo de trabalho, formado por delegados de polícia, diretores e também o superintendente da Polícia Técnico-científica, mas não incluiu nenhum representante das demais carreiras policiais. E eles têm feito essa cobrança, estiveram comigo os sindicatos. Eu fiz uma indicação, foi publicada no Diário Oficial, indicando ao Sr. Governador que pudesse ter um representante de cada carreira junto a esse grupo, isso é simbólico.

Isso é simbólico, porque com o advento da lei orgânica, que foi aprovada em Brasília, inclusive, nós teremos as carreiras participando do Conselho do Polícia. Então, na elaboração dessa minuta, da lei complementar, que vai regulamentar a lei orgânica no estado de São Paulo, que os policiais civis também pudessem, cada sindicato, cada categoria, apresentar um nome para participar do processo. É uma questão de inclusão, é uma questão democrática, e que é simbólica.

Ela é muito simbólica para a gente saber que tem um investigador participando, que tem um escrivão participando, um papiloscopista, uma agente de telecomunicação participando do processo. Mesmo que quem vá deliberar serão os delegados, mas que pese que é uma minuta, é a constituição de uma minuta, e a última palavra sempre será dada por essa Casa, porque o governo tem que encaminhar para esta Casa de Leis, para que nós possamos aprovar.

Mas eu gostaria de pedir para V. Exa. que tivesse esse olhar para as nossas categorias policiais, justamente com vista do reconhecimento, da valorização, porque as pessoas, com certeza, ao saber que tem um investigador participando do grupo, que tem um escrivão, que tem um policial, eles se sentem representados e fortificados. Muito obrigado.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputado Reis, vou respondendo passo a passo aqui, tá? Eu vou começar pela última, falando sobre esse grupo de trabalho mediante a criação de uma portaria do DGP, do delegado-geral, que, inclusive, está aqui ao lado, Dr. Artur Dian, sobre a lei orgânica da Polícia Civil e a representatividade de outras categorias.

Eles já foram informados de que vão participar das próximas reuniões. Além disso, eu gostaria de convidá-lo para participar também, como deputado e representante da Polícia Civil aqui; Dr. Olim também está mais do que convidado a participar, para que vocês possam, durante o processo aí de construção, antes de chegar aqui na Casa, já até suprimir eventuais distorções, ou até dar sugestões construtivas. Então, eles serão chamados já na próxima reunião, e o senhor e o Delegado Olim, e aqueles que são policiais civis, estão convidados a participar.

O delegado-geral estava mencionando que o senhor vai fazer uma reunião dia 27 sobre isso, né?

O SR. REIS - PT - Dia 27 nós vamos fazer uma reunião da frente, em defesa da Polícia Civil, para debater a lei orgânica e as suas implicações.

O SR. GUILHERME DERRITE - O DGPAD, o Dr. Gilson vai ao...

O SR. REIS - PT - Eu o convidei para... (Vozes sobrepostas.)

O SR. GUILHERME DERRITE - Ele estará presente, então, tá?

O SR. REIS - PT - Muito obrigado.

O SR. GUILHERME DERRITE - Agora na ordem, desde a primeira até essa última, que é a que eu comecei respondendo. Sobre os policiais civis em formação na Acadepol, no último mês da formação deles, já está previsto no cronograma eles realizarem atividades operacionais, plantões, que até faz parte da formação, e é uma política pública. A gente vai continuar. Eles realizarão os estágios operacionais no último mês de formação, reforçando os distritos policiais em todo o estado.

Sobre a questão do nível superior e valorização salarial. A nossa intenção, deputado Reis, é aumentar o máximo que a gente conseguir. É claro que num ano de restrição fiscal, que será o ano de 2024, os senhores já sabem disso, nós temos as nossas limitações.

E é por isso que eu tive a iniciativa de sair na frente, com todo respeito aos demais secretários, na Secretaria de Segurança Pública. Eu sabia já que isso poderia acontecer, é importante reconhecer que nós demos o maior aumento salarial, de um primeiro ano de governo, para as forças de segurança, isso é priorização por parte do governador Tarcísio.

É claro que o nosso objetivo é melhorar cada vez mais, não só do escrivão, do investigador, mas do delegado, do sargento, do cabo, do papiloscopista, do médico legista e de todos os policiais que compõem as categorias.

Sobre o auxiliar administrativo, não é só na Polícia Civil e na Polícia Militar. O oficial administrativo... Desculpa. Na Secretaria de Segurança Pública, eu tenho oficiais administrativos que trabalham comigo e foram prejudicados por essa medida administrativa, que não foi da Secretaria de Segurança Pública, e por isso, nós temos mesmo lá na CJ uma proposta que será enviada aos senhores, para que a gente possa regularizar, corrigir essa injustiça.

Ainda sobre valorização. Nós temos um grupo de trabalho que contou com uma auditoria externa do Hospital Sírio-Libanês, que estudou toda a saúde dos policiais do estado de São Paulo, fez uma análise durante 60 dias, um acordo de cooperação conosco, 100% gratuito. Na verdade, não foi gratuito, nós ofertamos a eles a possibilidade de médicos residentes do Sírio cumprirem plantões no Hospital da Polícia Militar, então, foi um jogo de ganha-ganha para a instituição, para eles.

E eles nos apontaram, apresentaram na semana passada, um estudo científico, apontando caminhos possíveis. E por que eu falei do Hospital da Polícia Militar, da Caixa Beneficente, da Cruz Azul? Porque a Polícia Civil participará daquilo que pode ser um novo convênio de saúde para todos os policiais no estado de São Paulo, mediante contratação da Caixa Beneficente, e a Polícia Civil e a Polícia Técnico-científica sendo incorporadas por convênio com essa Caixa Beneficente, falando sobre valorização e o apontamento do plano de saúde.

Temos também, e foi entregue em mãos ao presidente da Comissão de Segurança Pública, uma proposta de alteração da legislação, no que tange ao plano habitacional para as forças de segurança. Hoje, os profissionais de Segurança Pública já têm, por força de lei, direito a 4% dos empreendimentos do CDHU, nas obras que o CDHU faz, nas habitações aqui no estado de São Paulo.

Só que em vez de nós espalharmos esse policial em locais que às vezes o policial não trabalha, não mora - e que daí vai gerar um outro problema, com relação ao transporte dele até o local -, nós chamamos a bancada da segurança, na verdade, o presidente da comissão, sugerimos que a própria Casa apresente alteração, porque não é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo, alterando os 4% de unidades habitacionais para 4% para um fundo específico de fomento a crédito imobiliário.

Pela nossa estimativa, pelos últimos anos de entrega do CDHU, isso geraria em torno 100 milhões de reais por ano, para que os policiais pudessem abater da entrada num imóvel, em que ele vai escolher onde ele mora, enfim.

Isso daí está com os senhores, né, deputado Mecca? Está sendo estudado aí, em fase final, pela equipe do deputado Mecca, para que os senhores possam aprovar, encaminhar para o governador Tarcísio, para o Poder Executivo.

Sobre transporte dos policiais. Primeiro, deixar claro que nunca houve gratuidade. Durante o período pandêmico, o governo anterior editou um decreto e disse o seguinte: “os policiais serão transportados de forma gratuita”, mas é que o policial não iria pagar a passagem, e o governo do estado iria arcar com esse custo, e foi o que foi feito.

Diante desse cenário, quando acabou o período de pandemia, as empresas disseram: “olha, eu não vou levar mais”, e isso era pago pela Secretaria de Logística e Transporte, que foi uma secretaria que foi absorvida pela Secretaria de Parcerias e Investimentos, atualmente ocupada pelo secretário Benini.

E nós ficamos com um montante aí de quase 69 milhões a pagar para essas empresas. O sindicato patronal que enviava essa lista. De maneira muito sucinta, a gente fez um estudo ali, uma espécie de um compliance interno, para saber quais eram os critérios.

E não tinha um critério muito rígido pré-estabelecido. Então, nós vamos fazer agora - com a nova turma de soldados da Polícia Militar, de sargentos, de oficiais do Barro Branco, e da Acadepol - um estudo, para se ter uma base de onde o policial está vindo, para onde ele está indo.

Então, esse policial provavelmente vai chegar lá no guichê de uma empresa que faz transporte intermunicipal, e vai falar assim “olha, eu sou de Sorocaba”, vou usar o exemplo do deputado Danilo Balas, “sou de Sorocaba e trabalho na Capital”.

Então, ele estará autorizado a realizar o número X de viagens, mediante a comprovação da escala dele - se for 12/36, de 15 escalas -, e tem como a gente ter controle sobre isso. E aí, a gente vai ter uma estimativa real, um apontamento real do quanto vai ser gasto. E por que as escolas? Porque é um número pequeno, para se ter uma proporção do que vai ser expandido e quantos policiais.

A estimativa é que mais de 38 mil policiais - entre civis, militares e técnico-científicos - trabalham em municípios que não residem. É claro que tem o caso de quem mora em Osasco e trabalha em São Paulo, e ele vai por meios próprios, mas ainda assim é uma quantidade grande. E o nosso objetivo é abrir um edital de licitações, para que nós

possamos contratar empresas para transportar os policiais, é isso que nós estamos fazendo nesse exato momento, e será feito um protótipo com as escolas de formação, pode ter certeza.

E eu sei muito bem como é difícil, porque quando eu trabalhava em Osasco e morava em Sorocaba, viajei muito na Cometa, na época de farda. E o que a gente conseguiu garantir de imediato é que as empresas continuassem com aquele benefício, que é um benefício, não tem como o Poder Público obrigar uma empresa privada a transportar o policial, mas eles temporariamente mantiveram, e o nosso objetivo é sanar esse problema muito em breve.

E acho que eu devo ter respondido às perguntas do senhor. Mais uma vez, eu só discordo de um ponto, que não é simbólica a participação de investigadores e escrivães nesse grupo de trabalho, é mais do que necessário, mostrando a nossa lisura, a nossa transparência.

O SR. REIS - PT - É. O simbolismo foi diplomático.

O SR. GUILHERME DERRITE - Foi boa. Obrigado, deputado.

O SR. REIS - PT - Foi de forma diplomática. Para não ser impositivo.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Para deixar registrado, deputado Reis, o projeto de lei de habitação dos policiais do estado de São Paulo é o Projeto de Lei nº 1.637, de 2023, em que nós estamos trabalhando com todas as lideranças, com o presidente André do Prado... (Vozes sobrepostas.)

O SR. REIS - PT - Eu acho que já o assinei.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Sim, o senhor assinou.

O SR. REIS - PT - O “Sem Papel”.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Para que seja dado o caráter de urgência a esse projeto para os nossos policiais.

O SR. REIS - PT - Eu vou entregar o projeto do transporte, para o secretário analisar, e vou pedir licença, porque eu tenho a CCJ aqui do lado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Fique à vontade, muito obrigado.

O SR. REIS - PT - Vocês não fiquem chateados, porque... (Inaudível.) (Vozes sobrepostas.) Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Tem a palavra o deputado Rafa Zimbaldi. (Vozes sobrepostas.)

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Não está dando quórum, né? Veja lá se está dando quórum.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Registrar a presença do deputado Carlão Pignatari nesta comissão. Muito obrigado, deputado. Deputado Rafa Zimbaldi.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Presidente, eu tenho que (Inaudível.), que eu vou para a CCJ.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Só para quórum, rapidinho.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Só para dar quórum aqui.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Tem um projeto do governo que é de interesse do governo.

O SR. RAFA ZIMBALDI - CIDADANIA - Presidente Major Mecca, agradecer a oportunidade. Quero, em nome do nosso secretário Guilherme Derrite, cumprimentar a todos os membros da força de segurança, da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

Quero, secretário, nesse momento, agradecer em nome da população e parabenizar V. Exa. pelo trabalho que tem feito à frente da secretaria. Só não enxerga quem não quer ver, os dados estão aí, São Paulo sai à frente na valorização dos policiais, sai à frente no combate à criminalidade, sai à frente no combate ao tráfico de drogas. Então, eu quero parabenizar o senhor e toda a equipe, todas as forças policiais, a Polícia Civil, a Polícia Militar, todas as forças de Segurança Pública do estado de São Paulo, pelo trabalho que vêm fazendo.

Inclusive, as operações, e aí, a minha pergunta vem nesse sentido, se existe previsão de operações em outras regiões do estado de São Paulo. E aí, eu cito a minha cidade, cidade de Campinas, cidade com 1 milhão e 200 mil habitantes, segunda maior região metropolitana do estado de São Paulo, e é a 15ª cidade mais violenta do estado de São Paulo.

Infelizmente, na semana passada, nós tivemos uma notícia muito triste, de que o próprio Ministério Público identificou a participação do Primeiro Comando da Capital dentro do transporte público da cidade de São Paulo. Inclusive, usando o transporte público para carregamento de drogas. E se existe, então, essas operações descentralizadas, além da Baixada Santista, para as outras regiões metropolitanas. E aí, fazer esse apelo a V. Exa. para que leve também essa operação para a cidade de Campinas e toda a nossa região.

Segunda pergunta. Nós tivemos uma reunião, acho que em torno de 30 dias atrás, com o pessoal do sindicato dos papiloscopistas, que era sobre igualar. A mudança do nível médio para o nível superior, igualando, exatamente, o nível de formação com os investigadores de polícia. Essa é a segunda pergunta.

A terceira pergunta, que não é uma pergunta, é um convite, mas vou também deixar aqui. Nós realizaremos uma audiência pública no dia 10 de abril. No dia dez de abril nós realizaremos uma audiência pública, que de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a ADPF nº 995, as guardas municipais foram reconhecidas como integrantes do sistema de Segurança Pública.

E nós propusemos um projeto de lei aqui na Assembleia Legislativa, que no estado de São Paulo sejam reconhecidas as guardas municipais como órgão de Segurança Pública, integrante do sistema de Segurança Pública do estado de São Paulo, na forma que especifica. Então, o projeto está já protocolado, se me der a liberdade, gostaria de encaminhar a V. Exa., para que tivesse uma análise técnica da Secretaria de Segurança

Pública, para análise de se é possível nós aprovarmos de forma mais célere, se for necessário, para que nós possamos fazer mudanças.

E nessa audiência pública, inclusive, nós estamos colocando também um projeto de autoria de V. Exa., que é o Projeto de Lei nº 259, de 2022, que trata sobre as transferências de recurso do Fundo Nacional de Segurança Pública, de forma direta para os municípios. Então, deixar o convite a V. Exa. participar dessa audiência pública, virão todas as guardas municipais do estado de São Paulo, secretário de Segurança Pública, para debater esses dois projetos.

Então, era isso, secretário. Obrigado.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputado. Sobre operações e combate ao crime organizado, elas acontecem, estão acontecendo em todo o interior do de São Paulo. Nessa madrugada mesmo, nós tivemos uma operação em Piracicaba, outras já aconteceram na região de Campinas, em Sorocaba, em todo o interior. É claro que dentro de um grau de prioridade, o combate ao crime organizado na região central e na Baixada Santista acaba aparecendo mais, porque as notícias são mais veiculadas.

Agora, qualquer tipo de denúncia que chegue aos órgãos policiais, sobre o envolvimento de quem quer que seja com o crime organizado, será apurado por nós. Tenha a absoluta certeza de que Campinas é uma região de extrema relevância para o estado, possui um quadro de policiais muito preparado, temos o 1º Batalhão de Ações Especiais de Polícia, temos o Deinter 2 lá, a Deic que realizou há pouco atrás - o termo correto é a Deic quando é no interior, e não o Deic como aqui na Capital -, a Deic de Campinas, uma apreensão de toneladas de entorpecentes, um belo de um trabalho, e foi uma operação de combate ao crime organizado.

Sobre os papiloscopistas, aquela pauta pela qual o senhor me visitou lá na secretaria. O projeto está na secretaria, em andamento, trâmite interno, eu acho que é justo o reconhecimento da categoria.

Sobre a audiência pública, o evento, dia 10 de abril. Eu não sei se eu consigo, mas farei de tudo para vir. Eu sempre fui parceiro das guardas municipais, desde a época como policial, depois como deputado federal, e agora como secretário. Nós tínhamos 193 municípios conveniados com a Secretaria de Segurança Pública, hoje nós já temos 640.

E na muralha, o programa “Muralha Paulista”, que vai ser anunciado pelo governador, uma das medidas é compartilhar alguns alertas para as guardas municipais,

como, por exemplo, veículos produto de roubo e furto, que às vezes a Guarda Municipal não recebe de volta.

Nós celebramos convênio com o município, utilizamos os sensores, as câmeras do município, quando um veículo passa por essa câmera do município, a gente recebe o alerta de roubo, mas não devolve para a Guarda Municipal. Então, isso já está acontecendo como projeto piloto em alguns municípios, e vai acontecer de forma institucional em todo o estado, porque, no final das contas, para o nós o interesse é combater o crime, não importa quem vá realizar a prisão, recuperar o bem de uma vítima.

Sobre esse projeto de lei, do repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública, foi até uma coisa que eu conversei com o novo secretário nacional de Segurança Pública, que nós temos agora um campo mais técnico de diálogo com a presença do Dr. Sarrubbo lá na Senasp.

Não que não se tivesse com o Tadeu Alencar, tinha-se também, nós fomos deputados juntos, eu tinha um bom relacionamento com ele. Porque, aí eu peço uma ajuda, em especial aos deputados do Partido dos Trabalhadores, que podem nos ajudar, por conta do governo federal.

Com todo respeito aos demais estados, deputado Eduardo, deputado Paulo Fiorilo, mas não é justo, deputado Giannazi, que o estado de São Paulo receba um valor de repasse do Fundo Nacional de Segurança Pública na mesma proporção de um estado que é dez, 20 vezes menor que o estado de São Paulo.

O critério - e isso é mediante Portaria do Ministério da Justiça de Segurança Pública - é um campo para a gente trabalhar, que é suprapartidário, para fazer com que o estado de São Paulo receba o repasse de maneira proporcional ao tamanho, à população no estado, à dificuldade de enfrentamento, ao número de policiais, qualquer critério que for incorporado. Eu tenho certeza de que a gente vai conseguir um repasse com maior qualidade.

Já conversei sobre isso com o Dr. Sarrubbo antes de reassumir a Secretaria Nacional.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Secretário, só uma dúvida. Essa portaria foi alterada, ou ela já vem assim?

O SR. GUILHERME DERRITE - Já vem desde a sua fundação.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Teríamos que pleitear alteração.

O SR. GUILHERME DERRITE - Exato.

O SR. PAULO FIORILO - PT - É assim ao longo desses últimos anos.

O SR. GUILHERME DERRITE - De todos os anos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Só para registro e a gente tentar ajudar.

O SR. GUILHERME DERRITE - Foi importante esse apontamento, porque eu tentei como deputado, alterar, mostrando que, poxa, São Paulo... Não é preciosismo da nossa parte, não. É o tamanho, o que representa São Paulo para o Brasil, a necessidade. E o fundo repassado é muito inferior à sua proporcionalidade. E agora tendo um ministro da justiça que é de São Paulo, um secretário nacional que é de São Paulo, quem sabe conseguimos convencê-los de que é necessário que seja feito de uma outra maneira.

E pela primeira vez, deputado Rafa Zimbaldi, nós temos uma ata de registro de preço, que foi aberta no Centro Integrado de Comando e Controle, da Secretaria de Segurança Pública, para viaturas para as guardas municipais. A Secretaria de Segurança Pública do Estado com uma ata de registro de preço, para destinar viatura para a Guarda Municipal: isso nunca aconteceu.

O que eu estou fazendo na verdade? Criando um guarda-chuva para que todos os deputados que possuem suas bases políticas, seja em Campinas, seja em Sorocaba, seja em qualquer município que possui guarda, que a gente possa entregar de forma mais célere esse veículo. E o veículo, a empresa que foi vencedora, salvo engano, foi aquele veículo Nissan Kicks, não foi, Capitão Gustavo? Que é um bom veículo, uma boa viatura policial, no nosso entendimento.

Então, fica aí o registro, àqueles deputados que queiram empenhar recursos. E por que a gente fez isso? Para ser mais célere, para que o deputado consiga colocar o recurso lá, e o próprio CICC já faz a adesão à ata, já entrega, a gente faz o evento na cidade que for, para reforçar também as guardas municipais além das polícias Civil e Militar.

Nós doamos recentemente 100 armas de fogo para a Guarda Municipal de Campinas também. Deputado Rafa, deputada Valéria, vocês que são de lá pediram isso. Se eu não me engano, o deputado Mecca nos acompanhou nesse evento. Foram 100

pistolas calibre .40 nesse processo de transição de calibre que a Polícia Civil está realizando. E no total, já foram quase 1.500 pistolas destinadas para as guardas municipais na nossa gestão, comprovando a nossa parceria com os irmãos da farda azul-marinho. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Registrar a presença do deputado Paulo Fiorilo. Com a palavra, a deputada Mônica Seixas.

A SRA. MÔNICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Bom, boa tarde a todos. Boa tarde, presidente, obrigada pela palavra. Bem-vindo, secretário, à nossa Assembleia Legislativa.

Primeiro, eu quero começar, com todo respeito, secretário, demonstrando surpresa, porque, durante esse período, o senhor transferiu o gabinete do senhor para a Baixada Santista. E é com surpresa que eu recebo a informação de que o senhor desconhece os vídeos da abordagem ao Juan, secretário do prefeito da cidade de São Vicente, que depois de tomar um tiro na perna, em uma abordagem, tomou um tiro no pulmão.

É com surpresa que eu recebo a informação de que o senhor desconhece que no dia 14 de fevereiro, em um dos morros de São Vicente, a população tenha assistido dois homens baleados, e um deles morrer na calçada, enquanto a polícia evitava que a ambulância chegasse aos baleados.

É com surpresa que eu descobro que o senhor não assistiu pelos jornais, e não viu pelos jornais, a polícia ir ao velório de pessoas mortas. É com surpresa que eu descobro que o senhor desconhece, mesmo estando na Baixada Santista, que uma mulher foi estuprada em uma delegacia do Guarujá, mesmo com 600 policiais a mais. É com surpresa que eu descobro que o senhor não sabe, ou desconhece, de relatos de que um passageiro do Uber foi executado durante uma abordagem.

É com surpresa que eu descobro que o senhor diz que desconhece todos esses relatos que circulam pela internet, pelas redes sociais, e algumas delas, por exemplo, formadas por pessoas admiradoras da polícia, em que a gente assiste execuções ou atentados violentos à vida de policiais.

E aqui eu quero fazer um registro, sobre as câmeras nos uniformes dos policiais. Existem redes, e eu acho que o senhor conhece alguma delas, formadas por pessoas que eu acredito serem admiradoras do trabalho da polícia, que postam sucessivamente - eu não vou fazer publicidade dessas redes, mas eu acho que todos nós aqui as conhecemos -

casos de atuações de policiais ou de agressões a policiais. A gente assiste muitas mortes causadas e sofridas, nessas redes sociais.

Vou mandar tudo no e-mail do senhor, agora, estou pedindo para minha assessoria mandar todos esses vídeos que circulam pela imprensa, ou essas redes sociais com nome de baixa patente de polícia, para o senhor conhecer a realidade do que está acontecendo na Baixada Santista neste momento.

Ao mesmo tempo que o senhor diz que abaixaram os crimes contra o patrimônio, no Guarujá, especificamente, subiu mais de 70%. Depende da cidade, eu acho, porque se o senhor fizer um apanhando de todas as cidades, a gente vai ver um número total da Baixada Santista e a redução, mas se a gente for falar do Guarujá, especificamente, apesar do número de policiais, a gente vê no Guarujá um número de violência contra o patrimônio subindo.

Dito isso, e também demonstrando a importância das imagens, sejam elas postadas por quem quer que seja, o senhor não há de concordar comigo de que se houvesse câmera na viatura do policial Patrick, nós já conheceríamos as circunstâncias da morte desse policial? E não seria isso importante para todos nós levar isso à Justiça? E à tranquilidade dos seus familiares, da população de São Paulo, do que ocasionou aquela morte?

Dito isso, a corregedoria desconhecer - mesmo o senhor estando lá - a situação de violência em que estão mergulhados os trabalhadores da Segurança Pública e a população da Baixada Santista, não seria interessante a gente ter mais câmeras na operação?

A primeira vez que eu descii esse ano a São Vicente foi justamente para atender à família do Juan, que eu repito, é servidor da prefeitura, do gabinete do prefeito. E se ele tem algum envolvimento com o crime organizado, é importante que a sociedade tenha acesso a isso, porque a família do Juan nega, diz que ele estava em trabalho, e que registrar o boletim de ocorrência da violência que ele sofreu, dos vídeos que circularam amplamente pela internet, foi negado.

Agora eu quero falar sobre a situação dos policiais e dos trabalhadores da Segurança Pública. Segunda etapa da minha fala, por favor. É de conhecimento, com pesquisas recentes, que a população teme a polícia, não confia. Teme a polícia, a grande maioria dela. Também é de conhecimento de todo mundo que a polícia teme a população, e com razão: no último período, sob o último governo, mais de 5.000 criminosos condenados receberam armas legais, e isso é um risco à vida do trabalhador da Segurança Pública, que está encarando um crime organizado fortemente armado.

Nesse espírito de guerra, a gente vê aumentar a morte de civis, 94% a mais por ação policial, assim como a gente vê aumentar a morte de policiais em decorrência, de suicídio ou entre os próprios colegas. Ano passado, a gente assistiu a morte de dois policiais dentro de batalhões.

Lá na Baixada Santista, durante a operação “Escudo”, a gente assistiu a morte de um policial na frente de uma delegacia, no entanto, a gente não viu a polícia trabalhar com esse sentimento de justicamento, de morte, de vingança dentro dos próprios batalhões, muito pelo contrário, a gente trabalha pela execução da justiça, pelo que é justo e o que é legítimo.

Toda morte. Toda morte, toda morte deve ser condenada, evitada e lamentada. Toda morte é dura. Ter um estado que está amargando números tão grandes de mortes, deve ser algo que todos nós devemos lamentar. Por isso, é importante que cada circunstância de morte seja amplamente investigada, o senhor não concorda comigo?

Essa é uma pergunta. Cada circunstância de morte seja amplamente investigada, senão a gente banaliza a vida dos policiais - mortos em seus batalhões, de folga, como num assalto aqui em São Paulo, ou em função de serviço - e das pessoas mortas em razão de operação policial.

Nesse sentido, não é possível verificar e garantir o direito inviolável à vida com desinvestimento, e é preciso dizer que o governo Tarcísio vai aplicar o menor orçamento em Segurança Pública da história de São Paulo, levando em consideração os valores inflacionários: menos 6% ao total no PPA. É a primeira vez que Benefícios Fiscais vai ter mais recurso do que a pasta de Segurança Pública.

E aí o senhor me pergunta “vai cortar da Educação?”, já estão cortando aqui, na sala ao lado, corte de 9%. Mas Benefícios Fiscais, que é o que o Estado opta por deixar de receber, vai bater, pela primeira vez, um valor maior arrecadatório do que a pasta do senhor.

Nesse sentido, não é possível vencer delegacias que não têm sanitário para os seus trabalhadores, não têm papel higiênico; não é possível vencer a quantidade de delegados, que batem no nosso gabinete, pedindo emenda parlamentar para fazer a manutenção da tinta para imprimir boletim de ocorrência.

O senhor disse que vai integrar 4.000 trabalhadores da Polícia Civil. É importante dizer que a Polícia Civil é aquela responsável por investigar o crime do Pix. Sabia que a maioria da população de São Paulo espera, em média, dois anos para ter o primeiro telefonema para ir depor, depois que depositou errado e tomou um golpe? Ou ter o celular

roubado, porque ano passado foram 100 mil, não foram 100, e aumenta sem parar. A morte de mulheres aumentou em 14%, dentro dos dados de homicídio.

E a Polícia Civil é responsável por isso, assim como a Polícia Técnico-científica é responsável pela perícia, para a gente saber em que circunstâncias morreram as pessoas. Segundo dados da própria Secretaria de Segurança, o déficit desses trabalhadores passa de 17 mil; segundo a própria categoria, passa de 35 mil. Se você for viajar pelo interior, é muito comum você ver guardas civis emprestados para trabalhos nas delegacias; é muito comum que boletins de ocorrência nunca vão para a frente, nunca sejam solucionados ou que você nunca seja convidado a depor.

Se você for falar, por exemplo, na Educação, que acaba virando assunto da Secretaria de Segurança Pública, por exemplo, quando a gente vê meninos ameaçando fazer chacinas na internet e isso vira boletim de ocorrência, mas não há nenhuma reação, é porque não existe capacidade operacional do estado de São Paulo de dar conta, de investigar as circunstâncias criminais.

Dito tudo isso, é triste colocar a bandeira em cima de um caixão, seja dos trabalhadores da Segurança Pública, seja dos jovens negros periféricos mortos nessas circunstâncias em que a gente desconhece o motivo e desconhece o fim.

Mas só é possível vencer esse estado de coisas - quero perguntar ao senhor se o senhor não concorda comigo - investindo na Polícia Civil, para que cada pessoa aqui no estado de São Paulo tenha certeza de que crimes contra patrimônio e contra a vida serão solucionados, e que um dia a gente vai poder recuperar a confiança na polícia e em seu trabalho, e que a polícia vai poder não temer a população, porque vai saber em quais circunstâncias.

E isso não é possível sem investimento em equipamento. Não é possível colocar policiais em rota de colisão com o crime em viaturas que não os protegem nem da chuva, nem da chuva. Por isso, eu quero perguntar para o senhor, como o senhor pretende melhorar a situação de trabalho dos trabalhadores de segurança, vencer os crimes contra patrimônio, os crimes virtuais, os crimes contra a vida?

Se o senhor não concorda comigo de que os crimes contra a vida deveriam ser investigados até o fim, que todos devam ser conhecidos, com o menor orçamento de Segurança Pública da história de São Paulo, que é o que vai ser promovido, segundo o PPA que a gente vai votar ainda aqui, pelo governo Tarcísio. Obrigada.

O SR. GUILHERME DERRITE - Bom, vamos lá. Obrigada a senhora pela participação, pelos questionamentos, pelos apontamentos. Eu tentei acompanhar tudo o que a senhora falou aí. Dizer que eu não concordo com absolutamente nada que a senhora colocou, por razões óbvias.

E eu não... A surpresa, de fato, de que estão na internet, redes sociais. Eu sou secretário de estado da Segurança Pública, de um estado com mais de 46 milhões de pessoas, eu sequer tenho tempo para ver o que as pessoas falam ou deixam de falar na rede social. O meu embasamento é o que chega nos órgãos correcionais das polícias. Nós temos duas corregedorias, da Polícia Civil e da Polícia Militar, que estão de portas abertas para receber qualquer tipo de denúncia, inclusive, da senhora, sobre eventuais abusos de autoridade.

Sobre o caso do Juan, que a senhora mencionou aqui, nós temos dois inquéritos instaurados, em andamento. O inquérito policial militar, e o inquérito da Polícia Civil, para averiguar. E ele não fazia parte da operação “Verão”, ele é um policial militar territorial, que já trabalhava lá no batalhão de São Vicente. De acordo com os fatos, inclusive, no próprio IPM, no próprio inquérito policial, os vídeos pertencem ao corpo investigativo dos inquéritos policiais, o inquérito policial militar e o inquérito da Polícia Civil.

Sobre a vitimização policial de que a senhora fala, de casos de suicídio, a senhora está completamente equivocada, pois em 2023 nós reduzimos em 20% o número de suicídios na polícia. É claro que nós temos muito que fazer ainda.

Uma iniciativa do coronel Cássio e também do Dr. Artur Dian, ampliando atendimento psicológico dos policiais por telemedicina, isso foi uma entrega da gestão, aconteceu, e nós conseguimos reduzir em 20% o número de suicídios, porque é, sim, uma grande preocupação a saúde mental, assim como a saúde física, dos nosso policiais.

Sobre “toda morte deve ser lamentada”, a senhora mencionou assim, isso é a única coisa com que eu concordo dentro de tudo isso que a senhora falou, porque nós lamentamos muito cada morte. E por isso que nós estamos muito felizes em comemorar a maior redução de homicídios da série histórica do estado de São Paulo, deputada.

O menor número de homicídios foi na nossa gestão. Pois é, mas foi, eu comprovo com números, eu não sei se a senhora estava no momento da apresentação que eu fiz, mas isso foi falado, foi mencionado, os números foram disponibilizados, e eu vou disponibilizar essa apresentação, presidente, para todos os deputados, isso é público. E além disso ser público, a nossa gestão inovou. Na Secretaria de Segurança Pública, eu

vejo membros da imprensa aqui presentes, era uma caixa-preta inviolável, com os dados estatísticos da Segurança Pública.

E uma das primeiras coisas que a gente fez foi disponibilizar para toda a população. Hoje, se entrarem no site da Secretaria de Segurança Pública, clicarem lá no mapa, digitarem a rua, qualquer um do povo pode saber qual é o número de incidência criminal que existe naquela determina região.

Eu concordo plenamente que toda morte deva ser lamentada, e é por isso que nós temos o DHPP, o Departamento de Homicídios da Polícia Civil, com o maior número de elucidações de homicídios do Brasil, é referência no Brasil todo o nosso DHPP. A senhora não mencionou, mas é liderado por uma delegada de polícia, Dra. Ivalda, faz um trabalho brilhante no DHPP, mostrando a força da mulher nas forças policiais, muito bem representada, nesse caso, pela Dra. Ivalda.

Com relação à população temer a polícia, aí, são pontos de vista, acho que aí vai ser um debate mais político do que técnico, porque aonde eu vou, eu percebo cada vez mais a população, em especial do estado de São Paulo, apoiar a força policial. Apoiam as polícias, é o que eu percebo. Talvez os públicos que nós representamos - eu falo aqui temporariamente como deputado - sejam diferentes. Agora, eu tenho certeza de que nós dois queremos uma polícia cada vez mais respeitada, e nós temos um papel importantíssimo para isso.

A senhora mencionou das delegacias e reformas. De 100 delegacias na Capital, a senhora sabe quantas estão em processo de reforma, deputada? Trinta e três distritos policiais, na nossa gestão, estão em processo de reforma.

Agora, nós herdamos uma situação, mencionei no começo, de déficit de efetivo - que a senhora aponta aí -, nós temos associações aqui representadas também, e a nossa atuação foi rápida, e o governador Tarcísio autorizou a contratação de mais de 12 mil policiais, e nós teremos em breve a incorporação à Polícia Civil de mais de 7 mil policiais, somados aí os excedentes e o novo concurso, de 3.500.

Emendas parlamentares são muito bem-vindas, de qualquer deputado. Segurança Pública é uma causa suprapartidária. Inclusive, deputada, no programa de tornezeiras eletrônicas, para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados possam aportar recurso para a gente contratar cada vez mais tornezeira eletrônica, para fazer a fiscalização dos agressores de violência contra a mulher.

A minha equipe veio até a Assembleia Legislativa, salvo engano, foram mais de 70 milhões de reais que nós conseguimos de emenda parlamentar, foi o maior número já

conseguido da Assembleia Legislativa, e eu fui pessoalmente para Brasília, arrecadando mais de 100 milhões de reais de investimentos para a Segurança Pública, com emendas parlamentares, fora os 158 milhões da Bancada Federal. Nós estamos falando aí em mais de 300 milhões de reais de emendas parlamentares para a Segurança Pública.

A SRA. MÔNICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - O senhor me permite um adendo? É um pedido de favor também, é um pedido de favor sobre tornozeleira, que eu concordo em absoluto com o senhor.

Em outubro, nós recebemos a denúncia de que a SAP liberou a saidinha, inclusive, de agressores Maria da Penha, sem tornozeleira. É uma coisa que a gente está questionando na SAP até agora, sem respostas, mas também para registrar aqui, para que não aconteça mais, porque a gente tem pleno acordo sobre essa matéria.

O SR. GUILHERME DERRITE - Legal. Sugiro que esse questionamento seja feito ao secretário Marcelo Streifinger, que é o secretário da pasta específica da Administração Penitenciária, que tem sido um grande parceiro, inclusive.

Então, 33 delegacias sendo reformadas, outras que serão ampliadas, outras que serão construídas, algumas com emendas parlamentares e de deputados. O sequestro na modalidade Pix, que a senhora mencionou, que é extremamente constrangedor para uma vítima que fica num cativeiro, essa modalidade, infelizmente, retornou. Os crimes cibernéticos são acompanhados pela Delegacia de Crimes Cibernéticos, a DCCIBER, mas eles...

Quando assumimos, era praticamente uma epidemia, pessoas sendo sequestradas no falso golpe do amor, ou no golpe do amor. Eles eram levados para cativeiros, obrigados a fazerem transferências da modalidade Pix. A delegacia DCCIBER, em conjunto com a Divisão Antissequestro, realizou um grande trabalho de investigação, e nós reduzimos em mais de 50% os casos, 50% de redução nos casos, no número de casos de sequestro na modalidade transferência via Pix.

Então, eu acho que consegui assim, do que eu anotei aqui. Permita-me, deputada, mais uma vez falar do grande respeito que eu tenho pela senhora, representante legítima do povo como é, mas discordar de alguns posicionamentos aqui que, do meu ponto de vista, podem ser ajustados, eu tenho certeza de que a senhora, mesmo com um ponto de vista diferente do meu...

Nós temos pontos convergentes. Essa pauta foi uma delas, da ampliação da rede de proteção da segurança das mulheres, que é um grande avanço, eu tenho certeza do que eu estou falando, porque vários estados já vieram copiar São Paulo, e depois do anúncio do governador na sexta-feira, virão mais ainda, que vai ser o único estado com uma política pública efetiva, eficaz e com uma inovação muito grande na rede de proteção das mulheres que têm medida protetiva contra os seus agressores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Dando sequência à lista, e só para o próximo deputado, o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor, o líder do governo. Mas só registrar que, deputada Mônica, a experiência que todos nós parlamentares policiais temos em relação ao sentimento da população com a polícia, é de respeito e idolatria. A população de bem idolatra os seus policiais, todos os nossos patrulheiros, e nós agradecemos a população de São Paulo por esse respeito. Deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor tem a palavra.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Sr. Presidente, nobres pares, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Gostaria de fazer também uma menção de que a única coisa em que concordo da fala da deputada Mônica, é de que ninguém - a Segurança Pública do Estado de São Paulo, o secretário de segurança, toda a sua equipe de segurança - quer em hipótese alguma morte.

Morte do cidadão e nem morte do policial. Vamos falar do cidadão. Agora, o bandido que enfrenta a polícia, que enfrenta o policial, que muitas vezes, que muitas vezes sai preocupado de sua casa para o trabalho, e vai preocupado do trabalho para sua casa, para proteger a sua família. Nós precisamos pesar na balança, equilibrar. O que não dá mais é para o cidadão sair com medo, sair com medo, da sua casa para o trabalho e voltar do trabalho para a sua casa.

Do governo Tarcísio de Freitas, eu quero agora, neste momento, cumprimentar o secretário de segurança pública, Guilherme Muraro Derrite, quero cumprimentar também o comandante da Polícia Militar, o coronel Cássio, cumprimentar o coronel Coutinho, delegado-geral Artur Dian, cumprimentar o superintendente da Polícia Técnico-científica, cumprimentar o Claudinei, Claudinei Salomão.

Cumprimentar também - aqui já falei do coronel Coutinho -, cumprimentar, Sr. Presidente, e dizer que é um momento muito importante, secretário Derrite, de mostrar

tudo aquilo que em um ano apenas, um ano e poucos meses de governo, Tarcísio de Freitas tem mostrado a diferença no estado de São Paulo.

Mais de 640 milhões de reais em investimentos, investimentos na Segurança Pública. Coisa que não aconteceu na história dos governos anteriores, estamos tomando a frente de um governo em que mais de 30 anos, mais de 35 anos, existiu um partido governando o estado de São Paulo. E o governador Tarcísio de Freitas, logo quando assumiu como governador, sentou-se com o então secretário já indicado e nomeado para planejar a Segurança Pública, e enfrentar o crime organizado, equipando com tecnologia, com integração das polícias.

Quero, inclusive, secretário, cumprimentar sua liderança com toda a polícia do estado de São Paulo, em que alguns têm falado que tem desentendimento. Essas pessoas que falam, talvez partido político, não sabem a união e a integração dessa polícia no estado de São Paulo, como nunca aconteceu no estado de São Paulo.

Barros Munhoz, nosso deputado decano, que é um deputado... Nosso sempre senador, Eduardo Suplicy, a gente acompanha, Olim, uma polícia ativa. A gente acompanha uma polícia no enfrentamento, e no enfrentamento do crime organizado.

Conte Lopes, V. Exa. que é (Inaudível.) na Ronda Tobias de Aguiar, V. Exa. que é histórico em suas ações, nosso Telhada aqui também, nosso Telhada histórico na Ronda Tobias de Aguiar e o nosso coronel Telhada, amigo, que sabe o que é a Segurança Pública do estado de São Paulo. Que sabe o que é sair na rua para encarar o bandido que vem encarar a polícia, que não respeita a polícia em nosso estado.

Agora, sim, neste governo, Derrite, eu tenho certeza de que o cidadão será respeitado; eu tenho certeza de que a polícia agirá com equilíbrio, com bom-senso, mas se o criminoso, se o crime organizado tentar enfrentar, ele vai ser, ele vai encontrar a resposta à altura. Esse é o governo do Tarcísio de Freitas.

Então, Derrite, quero te parabenizar, parabenizar você como secretário, toda a sua equipe, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Técnico-científica. Dizer que esse trabalho, não tenha dúvida nenhuma, deixará um legado muito importante para o pai de família, para a mãe de família, para o jovem, que hoje têm medo de sair de casa, hoje ainda têm medo, não consegue pegar um celular em uma rua, não consegue mais colocar uma cadeira no portão da sua casa.

Eu acho que é momento de o Estado dar a resposta. Onde o Estado não se faz presente, o poder paralelo se faz presente. Então, é esse o momento. E é o momento que este governo está dando a resposta à altura ao crime organizado. Quero parabenizar, dizer

da ação do nosso governador, através do Cosud, a ação entre os estados para combater o crime organizado.

É esse o papel, é esse o resultado, e temos, sim, que pedir ao governo federal, e aí, eu quero fazer um apelo a todos os deputados da oposição e do PT aqui, temos que pedir que trate o estado de São Paulo do tamanho do estado de São Paulo, e não de forma igual, é isso que nós queremos, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado ao líder do governo. O secretário quer fazer uma observação?

O SR. GUILHERME DERRITE - Agradecer ao líder pelas palavras, serão retransmitidas ao governador, e tenha certeza de que aqui a gente não está medindo esforços para que a gente possa devolver a rua para os paulistas, paulistanos que vivem, residem aqui no estado de São Paulo. Então, da nossa parte, conte com o nosso empenho, muito trabalho, muito suor, para apresentarmos índices cada vez melhores aí ao longo da nossa gestão.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Registrar a presença deputado Simão Pedro, seja muito bem-vindo. Com a palavra, o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Presidente Mecca, secretário Derrite, colegas, deputados, demais pessoas que nos honram com suas presenças.

Secretário Derrite, durante muitos anos eu rezei muito para nenhum dos meus três filhos ir embora do Brasil, morar nos Estados Unidos, morar na Europa, coisa semelhante, rezei muito, e agora eu estava quase rezando para os meus seis netos irem embora do Brasil. Não estou aqui para puxar saco, eu nunca fiz isso na minha vida, eu estou aqui para reconhecer um trabalho sério, honesto, dedicado, difícil, áspero, problemático, que o governador Tarcísio e V. Exa. estão realizando. É fácil criticar, é a coisa mais fácil criticar.

Eu tenho um lema de vida: é muito melhor arriscar coisas grandiosas, alcançar triunfo e glória, mesmo expondo-se à derrota, do que fazer frente com os pobres espíritos, que não conhecem vitória e nem derrota, porque vivem numa penumbra cinzenta. É fácil criticar, é fácil destruir, difícil é construir, e o nosso País passa por uma situação difícil. O que os senhores enfrentam não é fácil, porque tem causas que não dependem da atuação

dos senhores para irem bem ou mal. A Justiça no Brasil é o maior problema no Brasil hoje, não é o tráfico o maior problema do Brasil, é a Justiça do Brasil.

Eu não me conformo, quando eu ligo a televisão e vejo “hoje vai ser julgado o processo do fulano de tal que matou o fulano de tal há 26 anos”, “hoje vai ter o julgamento de alguém que atropelou não sei quem, matou não sei quem há 30 anos”. Essa é a Justiça brasileira. Há um brocardo que diz que justiça tardia não é justiça, mas aqui só existe a justiça tardia, lamentavelmente. E os senhores têm que enfrentar essa realidade.

A Legislação Penal nossa, superada, essa bendita audiência de custódia. Eu vi outro dia na televisão o cidadão que saiu lá e matou, 56 vezes ele foi à delegacia e foi liberado, audiência de custódia. Aliás, parabéns pela sua ousadia de ter lutado contra a saidinha.

É de gente assim que a gente precisa, que tem a coragem de enfrentar a realidade, que não foge ao embate, que luta para melhorar, senão nós vamos (Inaudível.), apontando falha aqui, falha ali, falha aqui, falha ali. Falha tem em todo lugar, nós precisamos é consertar o que está errado, certo, Conte Lopes?

Consertar o que está errado. Isso os senhores estão fazendo. Eu estou aqui há 38 anos, estou no meu sétimo mandato, estou há 48 anos na vida pública, eu fui três vezes prefeito da minha cidade, 14 anos de prefeitura, eu sei o quanto é difícil, eu sei o quanto é difícil. Então, eu quero dar-lhe os parabéns, secretário.

Vá em frente, o senhor tem a nossa confiança, o senhor tem a confiança do povo de São Paulo. Não é possível que a gente viva simplesmente a criticar as coisas erradas, nós precisamos é ajudar, mudar a realidade do nosso estado e do nosso País.

É lógico que a gente reclama da morosidade, mas o senhor deu os números aqui, e contra número não há argumento. O senhor mostrou aqui a realidade, o que está sendo feito. Eu gostaria que estivesse melhor ainda, eu gostaria que a Polícia Civil fosse mais rápida, ela está muito carente, só que o senhor está já providenciando o que é necessário para que ela seja mais rápida.

Então, eu não quero um Equador, não quero alguém que faça o que o presidente do Equador está fazendo para acabar com a criminalidade. Mas também não quero que o Brasil continue sendo como é, com uma legislação falha, uma legislação penal superada.

Não cabe a nós, deputados estaduais, mas eu até sugeriria, meu querido Mecca, presidente, que a gente fizesse um esforço, chamando até alguns juristas, para irmos à Brasília, fazermos uma convocação das demais Assembleias Legislativas, para mudar a Legislação Penal Brasileira.

Não é possível. Com essa legislação, não há polícia que resolva, minha gente. É melhor ser criminoso do que ser honesto no nosso País, é mais fácil, é mais cômodo, essa é a realidade brasileira. E eu não quero que a gente seja um País dominado pelo tráfico, dominado pelo tráfico.

Então, eu só tenho uma pergunta, mas não é para o senhor. Eu vou fazer para o secretário da Polícia Penal, (Inaudível.). Eu, se fosse bilionário e tivesse a maior empresa do Brasil, contrataria para CEO o Marcola, ele administra a maior empresa do Brasil, e bem, só dá resultados positivos, um bilhão agora, nós vimos aí, que o PCC arrecada.

Eu queria saber. Eu não estou falando aqui de São Paulo, estou falando aqui do Rio de Janeiro, lá não é o PCC, lá é o CV. Nós estamos sendo tomados por essa gente, meus amigos. Eu nunca vi esse pessoal, em algumas cidades que eu frequento, que eu visito, em que eu sou votado, e agora eles já estão começando a dominar as nossas cidades, minha gente, a coisa é grave. A coisa é grave. Desculpa, eu estou quase chegando no seu tom, hein.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS -

Tonho. Vai lá, Totonho.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas é o tom da revolta, do inconformismo, e ao mesmo tempo, o tom da esperança. Vá em frente, secretário Derrite, vá em frente, governador Tarcísio, nós estamos ao lado, e estamos torcendo, estamos rezando, e estamos acreditando.

É com luta e é com fé. O senhor tem uma equipe extraordinária e o senhor tem a coragem de mudar quando precisa ser mudado, é disso que o Brasil precisa, não é de acomodação, não é de conchavo, é de enfrentamento da triste realidade que nós estamos vivendo. Deus abençoe-o, Deus abençoe o nosso estado. Obrigado. (Palmas.)

O SR PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Barros Munhoz, só para complementar, nós oficiamos a todos os presidentes de Comissão de Segurança Pública, das Assembleias Legislativas do País, para que essa iniciativa seja adotada.

O SR. GUILHERME DERRITE - Queria agradecer ao deputado Barros Munhoz pela contribuição, pelo tempo que V. Exa. tem experiência no parlamento, pela representatividade política. Pode certeza de que nós continuaremos, e o senhor é

testemunha disso, que as portas da Secretaria de Segurança Pública sempre estiveram abertas, independente da sigla partidária. Eu já recebi o deputado Reis, o deputado Paulo Fiorilo e outros deputados, que nos trouxeram demandas.

E dizer, agora só fazer uma pequena observação, deputado Eduardo Suplicy, o requerimento do senhor vai ser respondido o mais breve possível, ainda se encontra no prazo legal de resposta, por isso que ainda não foi, tá?

E com relação à deputada Mônica Seixas, que mencionou sobre os indicadores criminais no Guarujá, eu não sei qual período ela mencionava, mas houve um equívoco na fala dela, pois os indicadores criminais de roubo, de crimes contra o patrimônio, reduziram também no Guarujá. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Carlos Giannazi tem a palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Boa tarde a todos e a todas. Quero saudar a presença do secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, Guilherme Derrite. Cumprimentar a todos os parlamentares, na pessoa do deputado Major Mecca, que preside essa Comissão de Segurança. E rapidamente.

Acho que várias perguntas já foram feitas, deputado federal também, Derrite, mas secretário da Segurança Pública, nós estamos acompanhando as várias denúncias que estão sendo feitas, não só pela imprensa, mas também por próprios integrantes da Polícia Militar, em relação ao afastamento de 34 coronéis. V. Exa. já disse que foi uma escolha técnica, mas o que nós estamos ouvindo é uma outra coisa, de que há na verdade uma partidarização, uma espécie de instrumentalização política da Polícia Militar e da Secretaria de Segurança Pública no estado de São Paulo.

Porque esses coronéis que foram afastados discordam da política que está sendo implantada no estado de São Paulo. Discordam da operação “Escudo”, da forma ela está sendo realizada, “Escudo” e “Verão”, onde mais de 50 pessoas foram mortas. Discordam da posição também da Secretaria da Educação, de impedir o uso de câmeras nos uniformes; discordam também da criminalização dos movimentos sociais.

Recentemente, nós assistimos a prisão e o indiciamento de pessoas que estavam fazendo manifestações, elas foram indiciadas por formação de quadrilha, por atentado ao Estado Democrático de direito, pessoas que estavam lutando nas áreas sociais, fazendo

reivindicações sociais, estão sendo enquadradas nesses artigos, dando a impressão, e eu queria saber se é um revanchismo, na verdade.

Se há uma tentativa do governo Tarcísio em fazer um revanchismo em relação ao que aconteceu no dia 8 de janeiro, onde as pessoas foram presas, indiciadas, essas, sim, em Brasília, por atentado ao Estado Democrático de Direito, defendendo golpe, enfim.

E me parece que as denúncias caminham nessa direção, de que o governo Tarcísio tenta fazer um revanchismo, fazendo a mesma coisa aqui, dando a resposta, e tentando enquadrar essas pessoas, os lutadores e lutadoras sociais, os movimentos sociais, também nesse crime de atentado ao Estado Democrático de Direito, formação de quadrilha.

Nós assistimos recentemente esse tipo de movimentação, e nós sabemos que V. Exa. é um bolsonarista, é um representante do espectro político da extrema-direita brasileira, comunga desse pensamento de Segurança Pública, tanto é que V. Exa. falou que não acompanha as redes sociais, mas no dia da manifestação do dia 25, V. Exa. disse que estavam presentes 750 mil pessoas na Paulista, e esse número foi desmentido pela USP, por um cálculo feito pela USP e outros organismos. Mas V. Exa. já adiantou e já anunciou 750 mil pessoas na Av. Paulista.

Ou seja, nossa preocupação é essa. Eu queria fazer a pergunta. A Polícia de São Paulo está sendo instrumentalizada, ela está sendo bolsonarizada, partidarizada para uma ideologia política de extrema-direita, para tentar aniquilar a cidadania e os movimentos sociais que lutam no estado de São Paulo? Então, essa é a pergunta que eu queria fazer, porque nós entendemos que a polícia é pública, é de toda a população, a polícia é financiada com o dinheiro de todas as pessoas, dos 46 milhões de habitantes do estado de São Paulo, e ela não pode ser partidarizada dessa maneira, aqui no estado de São Paulo.

E deixando claro aqui que nós defendemos os policiais, nós defendemos que eles tenham melhores condições salariais, funcionais, melhores condições de trabalho, porque são trabalhadores, nós não estamos satanizando o policial aqui, não. Ele é um trabalhador como outro qualquer, acontece que a polícia é instrumentalizada por sucessivos governos, e nós estamos preocupados com essa instrumentalização aqui do estado de São Paulo.

E por fim, secretário, eu queria perguntar sobre a questão da Polícia Penal. Nós aprovamos aqui a PEC da Polícia Penal, mas não houve a regulamentação ainda. Há uma preocupação, só rapidamente, de que a Polícia Penal seja incorporada à Secretaria da Segurança Pública, se há este risco, se o senhor pode falar um pouco sobre isso. Se a partir momento que haja a regulamentação, se vai ser extinta a SAP e virará uma polícia só, numa secretaria só. A Secretaria de Segurança Pública vai incorporar a Polícia Penal?

Então, são essas duas perguntas que eu deixo aqui para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Só antes, secretário, registrar a presença do deputado Itamar Borges.

O SR. GUILHERME DERRITE - Quero cumprimentar o deputado Carlos Giannazi, prazer revê-lo, nós tivemos oportunidade de debater, acho que alguns anos atrás, uns dois anos atrás, sobre a questão de Segurança Pública, flexibilização de armamento, e o senhor sempre muito cortês, muito educado, assim como foi aqui agora nos questionamentos.

Pode ficar despreocupado, primeiro ponto, que segundo informações, e relatos, e transferência e politização: não há. Eu já explanei sobre esse tema, talvez o senhor estivesse aqui, mas os critérios adotados foram técnicos, a prerrogativa da transferência é do governador Tarcísio, mas é óbvio que isso foi motivado por mim.

Eu já elogiei publicamente, faço novamente, o grupo de coronéis que continuam na nossa gestão, ocupando cargos, continuam coronéis de Polícia Militar, exercendo funções relevantes dentro da instituição, porém, não no campo estratégico, no plano estratégico institucional, e sim em outras funções, mas eu elogiei e elogio novamente pelos grandes resultados apresentados, que têm também a participação desses coronéis.

Agora, depois de um ano de combate ao crime, proteção da sociedade, proteção da população, e de acordo com o plano estratégico 2024, a nossa decisão foi por realizar algumas mudanças técnicas para fazer frente às nossas demandas e, principalmente, as demandas da sociedade. Eu concordo com o senhor que a polícia é pública, eu só mudaria o termo, que a polícia é um órgão de Estado, e não de governo, independe de quem tiver vencido as eleições, as forças policiais são cumpridoras e garantidoras da lei.

E quando o senhor menciona movimentos sociais, qualquer manifestação social será garantida, porque a Constituição prevê isso, qualquer manifestação, seja ela política ou não, as forças policiais estarão lá presentes, seja de esquerda ou de direita, para garantir que o direito à liberdade de expressão, o direito à livre manifestação, possa ocorrer.

Agora, o que a gente não pode permitir, deputado, e eu não sei se o senhor tem ciência disso, é que algumas pessoas que foram presas estavam infiltradas nessas manifestações com coquetel molotov, com facas, facões, com aparelhos conhecidos como soco-ínglês. Aí, nesse contexto, ao que me parece, a autoridade policial, o delegado de polícia, tomou a decisão correta em realizar a apreensão e a tipificação penal necessária.

Sobre o número de manifestantes, eu não estava na Paulista, na manifestação. Eu estava, assim como mais de 15 mil policiais do estado de São Paulo, trabalhando no dia da manifestação, garantindo o direito de liberdade de expressão e de livre manifestação pública, coordenando as ações junto com o comandante da Polícia Militar, com o delegado-geral.

E é característica da nossa gestão. Foi mencionada a transferência do gabinete temporariamente para Santos, e é característica da nossa gestão não nos escondermos dos problemas, e sim enfrentarmos para apresentarmos as melhores soluções.

A conta não fui eu que fiz, seria humanamente impossível, mas a conta é realizada de forma técnica, por meio de uma ferramenta chamada (Inaudível.), que faz o cálculo do método quadrado de determinada rua ou avenida, com relação à via principal, que no caso era a Av. Paulista, e as adjacentes. E eu só mencionei a quantidade de pessoas, pois a demanda de imprensa, tem colegas da imprensa aqui, foi gigantesca em relação a esse único e exclusivo tema, importante a gente salientar.

E aqui eu não estou tomando posição política, partidária. Aliás, eu nunca tomei como secretário de estado, em que pese ser deputado, e todos saberem o meu posicionamento.

De que a manifestação ocorreu, e não é um elogio a quem participou da manifestação, é uma obrigação de todo cidadão que tem o seu direito garantido de liberdade de expressão, de livre manifestação, ele tem obrigação de cumprir aquilo que a lei determina. Nós não tivemos nenhum, nenhuma intercorrência numa manifestação com mais de 750 mil pessoas.

Tivemos duas: apreensão de um indivíduo aparentemente... Que fez uso de entorpecentes, foi conduzido até o distrito policial e liberado, e estava com dois facões em uma mochila; e uma senhora que acabou sendo socorrida pelos policiais do Batalhão de Choque, que caiu de uma árvore, pois estava ali tentando provavelmente um campo de visão maior em algum determinado local.

E sobre o especialista da USP, eu não sei qual foi a metodologia que ele encontrou, a nossa foi o (Inaudível.), que é uma ferramenta de georreferenciamento. Além disso, utilizamos drones, três helicópteros, dois da Polícia Militar e um da Polícia Civil, para chegar à conclusão do número estimado de manifestantes.

Tenha certeza, deputado, de que nós vamos continuar ajudando os policiais. E eu quero aqui agradecer o senhor, pois desde quando estava como deputado federal, na legislatura anterior, o senhor sempre somou forças aqui. Até um testemunho do presidente

Mecca, o senhor sempre nos ajudou, sempre ajudou na causa do aumento salarial, valorização do policial.

A gente sabe que o senhor representa uma categoria que é da educação, mas sempre que os debates aconteceram nessa Casa, quando se fala em valorização profissional de qualquer servidor público, o senhor sempre foi parceiro. Então, eu aproveito aqui para fazer esse agradecimento público. E me coloco à disposição de todos mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Com a palavra, deputado Conte Lopes.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - E só sobre a Polícia Penal.

O SR. GUILHERME DERRITE - Desculpa. Desculpa, deputado, sobre a Polícia Penal eu não tenho conhecimento de que haja alguma intenção, por parte do governo, de extinção da própria secretaria. O que eu sei é que o projeto foi construído, mas eu sei informalmente também, da regulamentação da Polícia Penal, e deve ser enviado aos senhores aqui na Casa. Aproveito para reconhecer, parabenizar o trabalho de todos os policiais penais do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Eu queria cumprimentar o secretário Derrite, o nosso delegado-geral, Dr. Artur, o coronel Cássio, o coronel Coutinho, Dr. Salomão, que está ali também, o nosso amigo.

Primeiramente, queria cumprimentar o nosso governador do estado, porque olha, eu estou na polícia há quase 60 anos, e pela primeira vez na minha vida eu vejo um debate como esse, um debate do pessoal da esquerda, da direita, do centro, sei lá o quê, debatendo polícia.

E os senhores estão aqui falando de Segurança Pública, porque aqui vinham filósofos, promotores públicos, juízes, generais, que não sabiam nada de Segurança Pública, não sabiam nem onde fica o Deic. Se perguntasse onde que fica o Deic, o cara não sabia. Mas ele vinha aqui como secretário, e o grupo dele era de quem não conhecia nada. Então, primeiramente, meus cumprimentos.

Com relação à atividade da... Primeiro, as mudanças dos coronéis aí. Isso aqui é igual um time de futebol, né? Se o cara está jogando no nosso time, e está querendo jogar para ganhar, é óbvio, ele fica no time. Se ele não quer jogar no time, o esquema dele é outro, ele tem que ser trocado mesmo, tem que melhorar. O problema da Segurança Pública, da polícia, é dar segurança para a população.

Por exemplo, o que aconteceu na Baixada. Eu costumo pegar minha sunga, minha bicicleta e ando na praia lá. Eu não vou com um grupo de deputado ouvir parente de preso. Ora. Ou de que morreu, de bandido que morreu. É evidente que ninguém vai falar que a mãe dele, a vó dele, o filho dela não é bandido, não vai falar, vai falar que foi, morreu... É inocente. Mas isso aí desde que eu entrei na polícia, há quase 60 anos. Toda vez que você apreende o cara, o cara é inocente, e para a família dele também é inocente, ele nunca cometeu nada.

Todos que estão presos são inocentes, não tem nenhum que está lá que é culpado, são todos inocentes. Então, secretário e demais comandantes, olha, parabéns pelo trabalho. Eu cobrei o (Inaudível.) da Baixada Santista desde a época do João Dória, governador, quando começaram a matar policiais militares lá embaixo. E não fizeram nada, infelizmente.

E hoje os senhores estão indo a campo, eu espero que continuem, secretário Derrite. Como V. Exa. mesmo prometeu que esse trabalho tem que continuar. Tem, porque é um terror. Não é justo ter um litoral em que se mata policial por causa de calção lá, lavando, porque é policial. Os bandidos tomando conta do litoral ou de qualquer lugar.

Então, V. Exas. estão mudando o jogo, é importante isso mesmo, é valorizar o policial, é Deic, é Rota nas ruas mesmo, quem gosta, fica, quem não gosta, engole. Essa é a verdade. E essa **porra** dessa câmara. Eu fui de uma época que a gente tinha um .38, secretário, não tinha colete a prova de bala. E o nosso zap aí, que hoje o cara descobre o local para chegar com a viatura, a mulher fica falando para ele chegar lá na hora, a gente tinha um policial que ficava com um guia na mão, perder duas, três horas da manhã com farolete, tentando acertar a rua.

Hoje, a polícia tem tudo. Essa câmara tem que ser usada para ajudar os policiais, mas não, quando se criou isso aí no governo Dória, foi criado para ferrar o policial, entendeu? Não foi criado para ajudar o policial. Porque se fosse para... E outra, não é nem para ajudar. Só o que aconteceu, eu falei até, V. Exa., nas primeiras reuniões, o coronel Cássio, o coronel Coutinho.

A corregedoria da Polícia Militar pegava uma, como aconteceu mesmo na Baixada, na região de Bertioga e Guarujá, onde bandidos morreram em tiroteio, e como eles não conseguiam ver o bandido atirando no policial, para eles estava certo, o policial atirou, tampou a câmera.

Mas quem é que faz isso aí? Quem que faz? Ia para o “Fantástico”, e o “Fantástico”, show da vida, faz aquela onda em cima da polícia. E eles ficam cobrando que o Rio de Janeiro está uma porcaria, que a Bahia está uma porcaria, que todo lugar do Brasil, mas aqui não. Só que aqui eles reclamam da ação da polícia.

Todo dia a Globo está reclamando, que está ouvindo alguém. Não devia estar ouvindo mãe de bandido, tia de bandido. Tem que ouvir no alto, nos altos, porque quem denuncia é o promotor, e quem julga é o Poder Judiciário. Eu fui julgado 100 vezes, fui julgado pelo **Preno**, um monte de vezes, como deputado, 25 desembargadores.

Então, quando a gente faz alguma coisa, a gente sabe que vai ser julgado. Não é a opinião de um deputado, ou da mulher do bandido ou da mãe do bandido. É do Poder Judiciário. Então, peço a Deus que continuem esse trabalho, que realmente o governador se inteire disso, e olha, pela primeira vez na minha vida, eu vejo a Secretaria de Segurança Pública ser colocada nas mãos de policiais, por isso que alguns coronéis, delegados, não sei o quê, estão nervosos, porque o cara quer ficar na casa dele coçando, entendeu? E pedir para ninguém fazer nada.

Então, tem que ir para casa mesmo, essa é a verdade, vai embora, não quer... É verdade, meu. Quantos coronéis eu vi falar “hoje é sexta-feira, eu vou indo para praia, não quero saber de confusão”, o que quer dizer isso? Não me vá atrás de bandido.

A filosofia do secretário, do comando, do delegado-geral, hoje, do governador, é ir atrás de bandido, é combater o crime organizado. Eu espero que realmente seja um exemplo para o Brasil e para o mundo o trabalho dos senhores aí. É isso que eu tenho que falar, e parabéns, porque foi pelo motivo que vocês falaram, que é o combate ao crime, e eu até a priori não acreditei, porque meio velhão, mas estou vendo que está funcionando.

Então, e quando eu vou para a praia, eu falo com o sorveteiro, falo com o morador de lá, com o comerciante, todo mundo está batendo palma para os senhores. Até vai ter, acho que sábado, vai ter um (Inaudível.) aos policiais de São Paulo, que foram para a Baixada, e os da Baixada, ainda bem que estão combatendo o crime.

Então, meus cumprimentos aos senhores. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - E nós continuamos a persistência, né, deputado Conte Lopes? Para que essas câmeras corporais sejam tiradas das fardas dos policiais, só ajudam o bandido, a polícia e a população, não.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Presidente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Que sirva para a polícia, não para a Globo, ou para a imprensa fazer **merda** em cima da polícia.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Presidente, só pela oportunidade, para se mostrar como a gente não deve se preocupar em procurar pelo em ovo, é a coisa mais boba que eu vi aqui, pena que o deputado Giannazi não esteja aqui.

Mas se foi 750, se foi 100, se foi 200, o número de participantes. Unanimemente, até pelo presidente Lula, foi reconhecido que o número é extremamente impressionante.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Exatamente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Goste-se ou não do Bolsonaro, goste-se ou não, quer dizer, é evidente. Então, para parar de procurar pelo em ovo.

O SR. CONTE LOPES - PL - Até o próprio Lula falou que tinha bastante gente.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Secretário, o senhor vai fazer uso da palavra?

O SR. GUILHERME DERRITE - Não, agradecer as palavras do deputado Conte. Em que pese nós sermos amigos, sempre fez críticas construtivas, desde o início da gestão, em especial quando dos casos de vitimização dos policiais aconteceram na Baixada.

Então, agradeço o apoio do senhor. E dizer que é até um pouco estranho para uma geração que, desde que eu entrei na polícia, sempre se ouvia falar do Conte Lopes da Rota. Ter o senhor aqui é motivo de muita honra para mim, poder estar junto agora, apoiando o governo do estado no combate ao crime organizado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Registrar a presença do deputado Thiago Auricchio e do deputado Rômulo Fernandes. Muito obrigado pela presença dos senhores. Com a palavra, o deputado Capitão Telhada.

O SR. CAPITÃO TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Presidente. É até difícil falar depois desses oradores, o deputado Conte Lopes, o deputado Barros Munhoz, deputado Jorge Wilson. A responsabilidade aumenta.

Cumprimentar o nosso secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, agradecer a presença. Cumprimentar pela apresentação, pelas boas novas, números verdes, índices criminais caindo, todos rebaixados, em comparação a anos passados. Produtividade policial aumentando.

Parabenizar pela postura, pelo plano estratégico, pela condução da secretaria, junto ao seu time de craques, coronel Cássio, comandante da PM; delegado-geral Artur Dian; Dr. Salomão, na Polícia Técnico-científica. Cumprimentar o sub-comandante da PM, coronel Coutinho. Professor João Henrique, também presente na Mesa. A todo o time do senhor.

Conheço muito bem cada um, trabalhamos juntos. Hoje eu tenho aqui a honra de trabalhar ao lado do Conte Lopes também. Sempre digo o prestígio que eu tenho em ombrear, como deputado estadual, essa Casa.

E secretário, essa parabenização, esse agradecimento meu, não é em nome do Capitão Telhada, esse reconhecimento pelo serviço que a Secretaria de Segurança Pública hoje presta, frente ao nosso estado de São Paulo e junto do governador Tarcísio, é o agradecimento da população de São Paulo.

Como o deputado Conte Lopes disse, nós também fomos à Baixada, todos os deputados policiais aqui foram à Baixada, em casos fatídicos, tristes, em casos de policiais assassinados, nós estivemos lá. Não ouvindo parente de bandido, não ouvindo parente de marginal, porque para esses, o que foi morto pela polícia sempre é vítima, sempre é inocente.

Os presídios de São Paulo e do Brasil só tem inocente, não tem um que errou lá, não tem um que cometeu um crime, só tem inocente, é tudo santo. Assim como na operação “Escudo”, na operação “Verão”, todo mundo que está preso, os mais de 800 presos, as toneladas de drogas apreendidas, os armamentos retirados, pegos na cinta do cara, é sempre inocente, é incrível, para mãe, para esposa, para o irmão, para o filho, para o tio, para o avô, sempre vai ser inocente.

Então, a gente esteve lá, ouvindo a população de bem. E a população de bem reconhece o trabalho da polícia. Tanto é que - o secretário pode me corrigir, se eu estiver errado - na operação “Escudo”, no ano passado, foi feita uma pesquisa na população da Baixada Santista e do estado de São Paulo.

Se não me falha a memória, 85% da população reconhecia e apoiava a operação “Escudo”, 85% da população, e em algumas faixas etárias, chegava a 88% de aprovação da operação “Escudo”. Isso é número, isso é pesquisa científica. A gente ouve o cidadão de bem, e não tem pesquisa melhor, também informal, do que essa. Certo?

Dentro disso, secretário, eu gostaria de fazer a minha primeira pergunta, ainda sobre a Baixada Santista. O efetivo foi potencializado, o gabinete da secretaria desceu até o litoral, junto com os comandos das polícias, e a operação “Verão”, em sua terceira fase, permanece, correto? Eu gostaria de perguntar sobre o futuro, sobre o plano estratégico a partir de agora, para 2024 em diante.

Quais os planos do senhor e da secretaria para a Baixada Santista, em relação à estrutura de Segurança Pública, em relação ao aumento de efetivo, de bases policiais - físicas ou não -, sobre implantação de sistema de inteligência, tecnologia, também ligado à Polícia Civil, ao IML da Baixada, que a gente sabe que existe uma dificuldade grande sobre a estrutura física.

Eu gostaria de saber dos planos, enfim, do legado que a secretaria pretende deixar para a população da Baixada Santista, que tanto apoia a polícia, apoia o combate ao crime, apoia e homenageia os policiais que tombaram em serviço, e desejam que a polícia continue operando, para trazer a paz da cidade, não ignorando o crime organizado, não fingindo que ele não existe, mas enfrentando com responsabilidade, com seriedade, democracia, humanização e proteção ao policial. Essa é a minha primeira pergunta, sobre o legado que ficará na Baixada, se o senhor puder explanar para nós.

E a segunda questão, que eu gostaria de fazer o gancho, é que nesses casos de policiais mortos em serviço, nós temos uma indenização por morte, deputado Xerife do Consumidor, que, em 2013, a legislação foi colocada, no valor de 200 mil reais para o familiar do policial - civil, militar, técnico-científico - morto em serviço. E essa legislação já tem 11 anos, e ela jamais foi corrigida, permanece ainda o valor de 200 mil reais, há 11 anos, ou seja, já não é mais 200 mil esse valor.

Eu tenho uma indicação, Sr. Secretário, Guilherme Derrite, indicação de número 1.601, ao governo do estado. Eu gostaria de solicitar o apoio de V. Exa. nessa indicação que foi ao governador, mas recairá sob a assessoria jurídica da secretaria, para

simplesmente corrigir esse valor da época de 200 mil: eram 10.325 Ufesp. O valor da Ufesp na época era de 19,37, 19 reais e 37 centavos. Hoje, a Ufesp é de 35 reais e 36 centavos, sendo que se essa legislação for alterada pelo senhor governador, tendo o positivo da nossa indicação, esse valor de indenização passaria de 200 mil reais para 365 mil reais.

Não é nada, não é nada, não traz a vida do policial de volta. Porém, traz um amparo financeiro ao familiar que perde o seu homem, a sua esposa, o seu marido, para o crime. E seria um justo reconhecimento por parte nossa, como deputado estaduais, e por parte do governo, a meu ver. Esse é o segundo ponto em que solicito o reconhecimento e o apoio de V. Exa. nessa indicação. Muito obrigado, Sr. Secretário. Desejo muito sucesso a todo o corpo de comando policial do estado de São Paulo, que é exemplo para o nosso Brasil e para nossa população paulista. Muito obrigado.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputado, pelas palavras. Eu pedi para o presidente Mecca dar um intervalo de dois minutos para eu ir ao banheiro, depois que eu responder à pergunta do senhor, e depois já volto aqui, para a gente continuar nosso debate, nossa transparência a respeito do serviço.

Depois de um período de quase duas semanas, com o gabinete funcionando temporariamente na Baixada Santista, especificamente em Santos, nós apresentamos uma proposta de reestruturação das forças de segurança em toda a Baixada. Isso envolve um aumento de efetivo, adequado à demanda necessária. Isso envolve reestruturação, construção e reforma de muitos equipamentos, muitas delegacias, muitos quartéis. Aquisição de armamento, aquisição de viaturas, porque se a gente vai aumentar o efetivo, tem que ter mais viaturas e armamentos adequados.

Então, nós estamos falando aqui... E na segunda-feira, dia 11, nós vamos ter o evento dos Consegs, fica aqui o convite para todos os parlamentares comparecerem, na cidade de Santos, salvo engano. Em que nós vamos apresentar para o povo da Baixada, representado, nesse caso, pelos Consegs, o aumento e os 300 novos policiais militares que estarão, já estão classificados na Baixada Santista.

Além dos 300 policiais como reforço de efetivo, nós já acionamos o RETP, que é a relação de transferência dos policiais militares, são 94 policiais, mais de 300, quase 400 policiais militares a mais. Mas o que já está provisionado pelo Deinter 6, dessa turma que inicia Acadepol nesse mês e mês que vem, que é o término do curso, até o meio do ano chegarão também.

Então, nós teremos um reforço grande do efetivo policial. Teremos o emprego de mais de 100 viaturas policiais, novas viaturas, aumentando o patrulhamento em toda a Baixada Santista, totalizando 23 milhões de reais de investimento em viaturas. Em obras, a estimativa agora, imediatamente, é de empenho de mais de 24 milhões de reais para construção e reformas de estabelecimentos policiais e bases das polícias Civil e Militar, e aquisição de armas e munições em 6 milhões de reais de investimento também.

Fora isso, nós tivemos uma reestruturação das companhias de forças táticas dos batalhões territoriais, que foram extintas quando da criação do 2º Baep, que esse efetivo foi tirado das forças táticas. Então, lá em Mongaguá, Itanhaém, Praia Grande, o efetivo foi reduzido para centralizar no Baep. Agora, a gente está devolvendo o efetivo para as forças táticas, para que cada cidade tenha esse efetivo à sua disposição.

E esse é o primeiro ponto, né? Que envolve a Polícia Civil, que tem lá o seu Deinter 6 em reforma, e várias delegacias que passarão pelo processo. Entregamos recentemente a delegacia de Praia Grande, com apoio do Poder Público municipal.

E nós temos, agora na segunda questão que o senhor mencionou, da correção ser pela Ufesp. Tem o meu total apoio. Passaria de 200 mil para 365, mas nós estamos tramitando internamente uma proposta nossa, da secretaria, de que esse valor de 200 mil reais seja fixado em 1 milhão de reais para o policial que falecer em serviço, em razão da função. (Palmas.)

É um número que parece grande, mas, pelo número - inclusive, reduzido por nós, nós reduzimos de 25 para 20 policiais mortos em serviço no ano passado - para o Estado é algo que tem um impacto orçamentário muito, muito pouco significativo, mas para a família que recebe isso, é um impacto muito grande. Não traz o nosso policial civil, militar, técnico-científico, o nosso bombeiro de volta, mas, com certeza, dá uma estrutura financeira, para que se possa suportar essa fase tão difícil. E a gente espera que tenha o apoio dos senhores, porque isso certamente vai tramitar aqui pela Assembleia Legislativa.

Se o presidente autorizar, eu vou ao banheiro. Em dois minutos eu estou de volta.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Suspender os trabalhos por cinco minutos.

* * *

- Suspensa por cinco minutos, a reunião é reaberta.

* * *

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Senhoras e Srs. Deputados, peço a todos que retornem aos seus assentos, para que possamos recomeçar a sessão. Com a palavra, o deputado Tenente Coimbra.

O SR. TENENTE COIMBRA - PL - Boa tarde, presidente, Major Mecca. Boa tarde, secretário Guilherme Derrite. Boa tarde, delegado Artur, coronel Cássio, em nome de quem saúdo todos policiais militares, civis aqui presentes. Vim rapidamente da Comissão de Esporte, mas não poderia me furtar de me fazer presente, de posicionar, como deputado da bancada de segurança, mas principalmente como morador da Baixada Santista.

Posicionar e cumprimentar também aqui, que levantou rapidamente, meu amigo e deputado Telhada, que está fazendo movimento no sábado, pró Segurança Pública, em prol da operação “Verão”, na fase três, na Baixada Santista, um movimento que vai acontecer sábado, às 10 horas da manhã, na Praça das Bandeiras, em Santos. Vai contar com vários membros da Segurança Pública, inclusive, muitos deputados aqui presentes.

Secretário, tomo este microfone para parabenizar, em nome do senhor, toda a equipe, pela coragem da atuação dentro da Baixada Santista, porque só critica a atuação na Baixada Santista quem nunca passou por lá, ou quem não conhece a região. O coronel Cássio comandou o (Inaudível.) lá, ele sabe das dificuldades que são os morros, ele sabe da dificuldade que é a parte de mangue da Baixada Santista, o déficit histórico que tínhamos, anteriormente, dentro do nosso efetivo.

E isso está sendo corrigido, pouco a pouco, na gestão dos senhores. Sendo citados aqui os mais de 300 novos policiais, o apoio em viatura, e sempre à disposição. Como uma das prioridades, como bem-dito pelo senhor, secretário, a prioridade do centro de São Paulo e a prioridade da Baixada Santista.

Então, eu pergunto, dentro desse montante, dentro das características da nossa região, que principalmente tem os mangues como via de fuga, como rota do próprio crime organizado. Se tem, dentro desse montante de viaturas, como a nossa própria deputada federal Rosana Valle que enviou uma lancha blindada para utilização dos nossos policiais militares. Se tem algum planejamento referente a essas rotas, que a gente sabe que são

utilizadas pelo crime organizado, são essas rotas de mangue, que pela característica da nossa região, ela é muito presente.

Mas, principalmente, para cumprimentar o trabalho, a firmeza, a força e honradez de todos os senhores. Obrigado, e uma boa tarde a todos.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputado Tenente Coimbra. Eu mencionei anteriormente, deputado, uma demanda que o senhor nos levou também, uma sugestão, com relação à operação “Verão” permanente.

Será implantada... Na verdade, a Polícia Militar já fazia e não divulgava essa ação, e nós vamos, além de divulgar, realizar com maior eficiência, eficácia, a operação “Verão” permanente. O senhor mencionou sobre isso. O projeto é do deputado Paulo Correa. Eu fui questionado pelo deputado Caio França, na primeira vez que eu frequentei aqui, visitei a assembleia. É importante que os senhores que representam a Baixada Santista saibam disso.

Então, todo feriado prolongado, em especial, quando as temperaturas forem favoráveis, fazendo com que os turistas frequentem a Baixada, nós vamos ter um reforço efetivo policial. Isso é importante para os dois aspectos, para quem mora, reside, e para quem é o turista lá, quem está indo lá para frequentar. Sobre as demandas apresentadas, uma das inovações, por parte do coronel Cássio, é a criação de uma companhia marítima do 2º Baep.

Então, nós temos hoje uma lancha blindada, que foi objeto de aquisição por meio de uma emenda parlamentar, da deputada federal Rosana Valle, a quem eu agradeço mais uma vez, uma grande parceira, amiga, lá no Congresso Nacional, tive o privilégio de trabalhar com ela, como deputado. Ela destinou mais uma lancha, para esse ano, que já está sendo utilizada. Ela destinou mais uma, e nós vamos adquirir mais duas, totalizando quatro embarcações blindadas, que comporão os equipamentos dessa companhia marítima.

Temos também o policiamento ambiental, que possui uma lancha moderna, extremamente eficaz, e a solicitação da Polícia Civil para que a Deic de Santos também faça aquisição, e nós vamos também ajudá-los nesse sentido, porque, de fato, o tráfico de drogas, o narcotráfico na Baixada, se utiliza de embarcações, até de pequeno porte, para fazer o transbordo de uma comunidade até outra, e isso dificulta muito os trabalhos.

Em razão disso, nós criamos, o comandante-geral da Polícia Militar teve a iniciativa de criar essa companhia marítima dentro do 2º Batalhão de Ações Especiais de Polícia. É

uma inovação da nossa gestão, e junto com isso, esses 300 novos policiais, mais 94 que foram acionados, então, no total, são quase 400, mais de 90 viaturas é a previsão; obras, mais de 24 milhões de reais investidos em reestruturações.

Um dos pontos que é bem nevrálgico, e é nosso interesse, é construir uma nova base, ali na saída do túnel da Sabesp, que é um ponto nevrálgico, porque aconteceram roubos ali, e relatos da população. A intenção é que a base que está ali, bem discreta, que possamos construir uma nova base, mais visível, com equipamento que proteja o policial. Estou falando de blindagem, de anteparo, proteção balística, e também que seja mais ostensivo, para a população saber que nós temos uma unidade policial ali. Faz parte da reestruturação da Baixada Santista.

Eu agradeço o apoio do senhor, o apoio da deputada Rosana Valle, que estiveram conosco durante todo esse período, nos trazendo as demandas. E tenha certeza de que a Baixada continuará sendo prioridade na nossa gestão.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Com a palavra, o deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Primeiramente, quero cumprimentar a todos os colegas, deputados aqui. Na verdade, eu só vou agradecer.

O SR. GUILHERME DERRITE - Deputado, posso interromper o senhor?

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Pois não.

O SR. GUILHERME DERRITE - Foi coincidência que concederam a palavra ao senhor, e eu lembrei do Dr. Nico. É só prestar contas aqui. O Dr. Nico não pôde vir, porque ele está nesta semana, por recomendação médica, ficando em casa, de molho. O nosso querido Dr. Nico. É um privilégio poder contar com o apoio dele, o trabalho dele, nosso secretário-executivo, secretário-adjunto de Segurança Pública.

Teve um princípio de infarto no final de semana, mas correu tudo bem, foi hospitalizado, ficou um dia, dois dias em observação, e agora tem a recomendação médica, que é quase um milagre conseguir fazer o Nico ficar dentro da casa dele, mas a gente tem esperança de que ele fique repousando, para que ele possa voltar, por isso, ele não está aqui hoje nos acompanhando.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Que ele não passe no banco todos os dias. Primeiramente, eu quero só cumprimentar a todos. Quero aqui assomar junto com o Barros, um belo discurso do Barros, o Conte, como todos já conhecem, o jeito dele, fala o que a população gosta de ouvir. Parabéns, amigo, parabéns, é isso aí. E também o Xerife do Consumidor e os demais deputados nossos aqui da base, amigos, o Altair.

Eu, na verdade, secretário, veja, o senhor deve estar super cansado, trabalhou, não parou de falar, respondeu todas as perguntas, até perguntas às vezes não muito pertinentes, mas faz parte do jogo democrático. Eu queria agradecer o senhor, parabenizar o Sr. Secretário, Guilherme Derrite, nosso deputado. Quero agradecer aqui o nosso delegado-geral de polícia, Dr. Artur Dian. Meu coronel, meu amigo, PM Cássio, comandante da Polícia Militar, essa gloriosa Polícia Militar, que eu tenho um carinho muito grande. E o sub-comandante Coutinho. E o Salomão, que nunca deixa de atender nenhum deputado, superintendente da Polícia Técnico-científica.

O meu eleitorado me cobra para que eu cumprimente os senhores, porque os senhores estão combatendo o crime organizado, parabenizando o trabalho dos senhores. Então, eu aqui, nesta Casa, que é a nossa Assembleia Legislativa, que é a maior da América Latina, queremos aqui parabenizar todos os senhores, e vamos pôr o Dr. Nico também, que não pode estar presente, mas que está presente sempre com a gente, pelo trabalho, pela eficiência, pelo jeito de ser.

E, meu amigo, parabéns por estar combatendo o crime organizado, parabéns pela sua postura. Parabéns a todos os senhores que não têm medo de bandido. Aqui não tem bandido famoso. São Paulo, aqui, bandido não tem fama, não adianta vir falar, que não tem fama.

E o senhor pode contar aqui com todos, pelo menos, com quase a maior parte dos deputados desta Casa. Estarão sempre do lado do povo de São Paulo da Polícia Militar, da Polícia Civil, dos Bombeiros e da Técnico-científica. E da Polícia Penal futura, que está para chegar aqui, não chegou ainda, que vai ser regulamentada, deve estar para chegar, que fará parte das forças de segurança.

Amigo, parabéns, conte conosco. Mecca, parabéns aí pela condução, o senhor se saiu muito bem, não é fácil. Um pessoal veio aqui, meio às vezes, até querendo agredir, ou com perguntas que não são pertinentes, mas o senhor se saiu muito bem, por isso o senhor está no cargo que está, e chegar aonde chegou com tanto voto, pelo seu trabalho,

pela sua capacidade. E mande um abraço ao nosso governador, parceiro, amigo, e nosso amigo das polícias, porque eu sou policial, estou deputado só. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Deputado Carlos Cezar tem a palavra, nosso líder do PL.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, Delegado Olim, pelas palavras.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Sr. Presidente, deputado Major Mecca, cumprimentar V. Exa., e em seu nome, cada um dos parlamentares aqui da Comissão de Segurança Pública e todos os deputados que passaram por aqui. Cumprimentar de uma forma muito especial o nosso secretário de Segurança Pública, deputado federal licenciado, sorocabano, Guilherme Derrite, capitão Guilherme Derrite, craque de bola e craque também nas ações que vêm sendo desempenhadas aqui no estado, na questão de segurança.

Cumprimentar o outro sorocabano, nosso querido coronel Cássio. Doutor Artur Dian, também da Casa Civil, enfim, todos. Salomão, coronel Coutinho, toda essa equipe brilhante. E dizer também, parabenizar o nosso governador Tarcísio, pela escolha de alguém tão competente, entusiasmado e acima de tudo, com muita coragem.

Eu sempre digo, capitão Derrite, que os fracos desistem no primeiro obstáculo; os covardes nem tentam; mas os corajosos não se furtam de desafios, não se furtam de perguntas, não se furtam de enfrentar o crime, como o senhor tem organizado, e nem de defender uma instituição tão séria, tão respeitada, como é a Polícia Militar do Estado de São Paulo, a Polícia Civil, o corpo de Bombeiros, as forças de segurança, que são respeitadas.

Há pessoas que chegam a fazer música que diz que os heróis morreram, e a letra da música fala outras coisas. Os verdadeiros heróis morrem em um combate, os verdadeiros heróis, como disse aqui o nosso irmão Capitão Telhada, morreram lá, lutando, defendendo a família, defendendo vidas.

E esses merecem reconhecimento, e eu quero parabenizar V. Exa., que havia pedido do Capitão Telhada para dobrar, ou quase dobrar, uma verba indenizatória que jamais vai trazer a vida, ou jamais vai poder suprir aquele espaço que aquele pai de família, que aquele irmão, que aquele filho vai deixar, mas que no mínimo vai amenizar um pouco e

que pode talvez ser um símbolo. E V. Exa. mostra aqui que tem um desejo de que esse valor seja mais do que quintuplicado para mais de um milhão.

Então, parabéns a V. Exa. Dizer que essa Casa aqui, em sua imensa maioria, respeita, honra e defende a polícia, haja vista o primeiro projeto de relevância aqui tão forte, que o governador mandou, foi um justo reconhecimento a esses trabalhadores que merecem, que saem todos os dias de casa, e não sabem se vão voltar, porque vão enfrentar o crime, vão enfrentar a luta, e mereciam esse reconhecimento, e o maior aumento que um governo já deu, em mais de 30 anos, no seu primeiro ano de governo, foi dado pelo governador Tarcísio, e esta Casa aprovou isso, ajudou, e tem ajudado.

Quero fazer aqui esse justo reconhecimento. Parabenizar V. Exa. também, e dizer que contra fatos, coronel Cássio, não há argumentos. E é fato que a Polícia Militar está mais equipada, com mais armas novas, com mais coletes, até helicópteros novos, com avanços na tecnologia.

E aqui, quero parabenizar muito por essa “Muralha Paulista”, que faz os convênios com as prefeituras, e que isso traz uma inovação também na questão tecnológica. E falando em inovação, V. Exa. acerta muito na questão das torzeleiras eletrônicas, que também é uma inovação, que tem mostrado resultados.

Então, contra fatos não há argumentos. Estava comentando aqui há pouco, com o coronel... Capitão Telhada, sobre o dado histórico dos últimos 20 anos, o menor índice de homicídio aqui no estado de São Paulo. Isso, para nós, o estado mais pujante da federação, é o estado com maior número de pessoas e habitantes da federação, ter índices na segurança tão exitosos como esses.

Então, quero aqui apenas parabenizar, agradecer muito a V. Exa., que está aqui desde uma da tarde. Parabéns, Deus abençoe.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputado Carlos Cezar. Quero, rapidamente, só colocar umas observações. Primeiro, dizer que vindo do senhor, o elogio é uma honra para mim, eu acompanho a carreira política do senhor, não vou falar desde que eu sou adolescente, porque vão achar que o senhor é muito mais velho do que eu, e não é. Mas como sorocabano, eu acompanho a trajetória política do senhor, e principalmente, do deputado Jefferson Campos, que é nosso deputado federal sorocabano.

Falando em Sorocaba, nossa deputada Maria Lúcia Amary nos brinda com a presença dela aqui. Dizer que eu me sinto representado pelos senhores, pelo senhor, pelo

deputado Jefferson Campos, pela deputada Maria Lúcia Amary, pelo deputado Vitor Lippi, que é sorocabano também. Sorocaba é muito bem servida de representantes.

E a “Muralha Paulista” só foi... Nós só conseguimos esse recurso de 158 milhões de reais, porque a bancada federal destinou. Então, eu agradeço ao nosso deputado Jefferson Campos também.

O nosso helicóptero novo, o último adquirido, foi um biturbina, um EC135, uso exclusivo para salvamento, serviço aeromédico, onde a vítima não fica mais no nosso Águia, no Esquilo, na transversal. Ela entra por baixo do helicóptero, deitada na maca. Um médico e um enfermeiro, ou uma médica e uma enfermeira, compõem a tripulação, com os dois pilotos.

Então, é um biturbina, voa instrumento, voa à noite, e tem uma capacidade muito maior do que o Esquilo, que já vinha fazendo um grande trabalho no serviço aeromédico, com um investimento de quase 60 milhões de reais, que está entregue, está operando, operando muito bem, ajudando a salvar vidas.

E para finalizar, eu estive ontem, presidente Mecca, com o deputado Carlos Cezar lá no GPACI. Deputada Maria Lúcia Amary também esteve lá em Sorocaba. E durante a enchente que ocorreu neste ano, dois meses atrás, em Sorocaba, o nosso Hospital do Câncer Infantil...

Para quem não conhece o GPACI, é o Hospital do Câncer Infantil, que atende não só Sorocaba, mas também 38 municípios, de crianças que lutam contra o câncer, é um hospital 100% filantrópico. Eu tenho um carinho muito especial, porque como deputado federal, destinei mais de 5 milhões de reais para esse hospital. Nós conseguimos a homologação do transplante de medula óssea, que não era feito.

Na época, o ministro Queiroga foi até o hospital e homologou, e ontem o governador fez o repasse de 7 milhões de reais para o hospital, por conta de enchente que aconteceu e da perda dos equipamentos, ultrassom, equipamentos que estavam fazendo com o que o atendimento fosse reduzido.

Então, obrigado pela presença do senhor, da deputada. Foi um dia muito alegre para nós ontem. Obrigado.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Nós que agradecemos.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Registrar a presença da deputada Maria Lúcia Amary. Seja muito bem-vinda. Encerrando a relação dos deputados inscritos, a deputada Ediane Maria tem a palavra.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero saudar o nosso secretário Derrite.

O SR. GUILHERME DERRITE - Só uma observação, deputada. O deputado Mecca falou assim: “Secretário, a deputada Ediane não estava aqui quando foi chamada, mas ela voltou, será que a gente abre a palavra?”, falei: “Pô, na semana da mulher, a gente não vai deixar a deputada falar? Imagina”.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Vou falar, sim, gente. Primeiro, eu queria agradecer por essa visita que a Comissão de Segurança Pública... Eu fiz alguns pedidos, sabe, secretário? Mas todos foram meio que barrados aqui na comissão, mas que bom que o senhor está aqui, para a gente poder falar, esclarecer algumas dúvidas.

E eu ouvi muitas coisas. Não deixaria jamais de falar, até porque é tão raro pessoas como eu falarem numa comissão como essa, é tão raro a gente chegar neste lugar. Então, eu trago péssimas notícias, até porque o senhor mostrou um cenário muito bonito, olhando, lógico, do ponto de vista do senhor, que é a parte de Segurança Pública, que vem, que está ali, acompanhando, que está operando. E eu falei há 15 dias atrás, aqui na Comissão de Segurança Pública, da preocupação que nós temos.

O nosso gabinete está recebendo muita denúncia, mas é muita denúncia mesmo - a gente está acompanhando, descemos para a Baixada -, de violência que essas mulheres estão sofrendo, gente, dentro de suas casas. De pessoas que estão tendo as suas marmitas revistadas, e de não poderem sair. Estão vivendo em um cenário de horror. Por isso que eu estou aqui hoje, para dizer que não está tão bonito. E quando o senhor fala que não é partidário, que não é política, aí eu vejo o senhor também no carro de som, junto lá na manifestação.

Então, a gente precisa... Eu fico muito preocupada e fico agoniada, porque aqui nessa comissão, eu sou a única vítima nessa comissão. É importante colocar isso, é importante colocar que eu morro de medo de um filho meu, por exemplo, querer ser policial. Ele chegou esses dias falando “ai, mãe”, eu falei “filho, eu tenho medo, eu tenho preocupação, de verdade”, enquanto mãe de um jovem negro.

Porque nós sabemos, Sr. Secretário, quem morre na base. Para mim, a Segurança Pública perde, perde muito, quando um policial morre, e perde muito quando um jovem negro morre também. Então, a gente está falando de guerras, guerras de que a gente está o tempo inteiro falando nessa Comissão de Segurança Pública. É o tempo inteiro falando, sabe?

E eu quero sim que esse mundo que a gente sonha, que a gente sonhe coletivamente, que a gente pense coletivamente. Porque as operações policiais mostram na prática que não conseguem trazer de fato segurança para ninguém. O senhor colocou aqui na sua fala o aumento de 7% a 10% nas apreensões de armas e drogas. No entanto, de acordo com o levantamento da “Agência Pública”, de jornalismo, as mortes de crianças e adolescentes, por intervenção policial, cresceram em 58% em São Paulo, na sua gestão, provando que, em termos humanos, essa gestão que aposta em operação de vingança, para mim, é um fracasso.

Bom, as perguntas que eu vou fazer para o senhor são duas perguntas. Acho que os deputados que aqui me antecederam conseguiram suprir algumas que eu estava colocando aqui para fazer para o senhor. A operação “Verão”, primeira pergunta. A operação “Verão” continua, e a continuação da operação “Escudo”.

Não é uma política eficaz de Segurança Pública, visto que há tantos mortos e quase nenhum ganho para a Segurança. Tem algum estudo que garanta a eficiência dessa operação? Existe alguma meta a ser cumprida para que a operação termine? Quais são os objetivos que, uma vez cumpridos, garantiriam o fim da operação, tão custosa do ponto de vista humanitário e também financeiro?

O senhor modificou alguns militares dos seus postos, e aumentou em 32% - em relação ao governo Rodrigo Garcia - o número de assessores militares na secretaria. Qual a justificativa para esse aumento e para essa movimentação de milhares dos seus cargos de comando?

Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, secretário.

O SR. GUILHERME DERRITE - Obrigado, deputada. Eu primeiro quero agradecer à senhora, que esteve presente com a gente lá na Secretaria de Segurança Pública. Já fiz um convite informal para o presidente Mecca, para que a gente possa fazer uma nova reunião no mês que vem, com os integrantes da Comissão de Segurança Pública que queiram estar junto conosco, para que a gente possa fazer com mais tempo, sem essa

preocupação de período de resposta, enfim, para a gente ouvir também de forma muito clara quais são as principais demandas.

Acho que o ponto de partida para eu responder a senhora é dizer que toda denúncia que a senhora receber de moradores, de eventuais abusos, ou de desvios de conduta por parte das polícias, que cheguem ao gabinete, a senhora pode encaminhar para os órgãos correcionais: Corregedoria da Polícia Militar e Corregedoria da Polícia Civil. Porque, como o deputado Conte Lopes mencionou aqui, às vezes, as pessoas que estão reclamando têm um posicionamento, e esse posicionamento - eu não digo enviesado - envolve uma questão muito pessoal, envolve emoção, envolve outros fatores.

Agora, havendo fatos concretos, indícios de autoria e materialidade de desvio de conduta, a senhora pode ter certeza de que as polícias... Aliás, quando ocorre uma intervenção policial com resultado de morte de um agressor, é a única ocasião em que nós temos dois inquéritos instaurados, o inquérito policial militar e o inquérito da Polícia Civil. Não achem os senhores que... E, durante todo o processo, o devido processo legal, o Ministério Público e o Poder Judicial participam das etapas, cada um em seu determinado momento.

Então, fiquem tranquilos que tudo está sendo objeto de perícia, de laudo do Instituto Médico Legal, de perícia da própria autoridade policial, que faz a requisição. Nenhuma ocorrência policial disso ficou isenta durante as operações.

Primeiro, se a operação continua. Continua. E além de ela continuar, nós teremos, como mencionei antes, a operação “Verão” permanente, nos feriados prolongados, períodos em que haverá uma movimentação maior de turistas descendo para o litoral, haverá um reforço das unidades especializadas, para garantir a segurança da população da Baixada e que frequenta a Baixada.

Qual é o ganho e qual é o indicador da efetividade da operação. A partir do momento em que a gente realiza prisões importantes, como a do indivíduo de nome Caio, apontado como chefe do tráfico da favela onde o soldado Cosme, infelizmente, foi vítima fatal da criminalidade.

A partir do momento em que a gente realiza a prisão de uma criminosa, apontada como a principal responsável pela lavagem de dinheiro do tráfico internacional de drogas, e com, ela foi apreendido mais de um milhão de reais e 50 mil dólares. A partir do momento em que nós temos redução de indicadores criminais, durante o período das operações, para nós, está cientificamente comprovada a eficácia das operações.

Além disso, o que nos faz continuar com as operações? Que nós temos líderes da organização criminosa responsável pelo tráfico internacional que ainda estão sendo objetos de investigação e de buscas, por parte das forças policiais, lideranças importantes. Nós só vamos conseguir desarticular o crime organizado e realizar asfixia financeira, como nós estamos conseguindo, com o trabalho de inteligência policial e realizando a prisão dos principais líderes.

Para finalizar, deputada, eu quero saber quem é esse sócia meu que estava no caminhão da Av. Paulista, porque eu não fui em caminhão nenhum na Av. Paulista, no domingo, no dia... Então, pode ser que tenham passado para a senhora foto de outras manifestações.

Ah, então pode ser. O que eu fiz foi... Desde as 8 horas da manhã, nós estávamos em serviço, nós tivemos vários pontos onde houve revista dos policiais - o próprio comandante-geral, comandante do Choque, subcomandante da Polícia Militar, delegado-geral -, nós estivemos orientando os nossos policiais, exaustivamente, para fazer com que o direito constitucional, das pessoas que foram exercer a liberdade de expressão e livre manifestação, fosse garantido.

Então, eu tomei esse cuidado, essa precaução, que eu tenho certeza de que um secretário de estado tem que ter, e não tomar posição política, partidária, em que pese todos saberem qual é o meu posicionamento, mas deixando muito claro, eu não participei do movimento. Até poderia, mas optei por não participar justamente pela imparcialidade com que devo conduzir os trabalhos das forças policiais do estado de São Paulo.

Agradeço mais uma vez. Fica o convite para o mês que vem a gente marcar uma reunião na sede da secretaria. E, presidente Mecca, obrigado pela oportunidade de, de forma transparente, falar um pouco do nosso trabalho aqui.

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Muito obrigado, secretário, pela sua prontidão - e de todo o comando das polícias - com essa Casa Legislativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Senhoras e senhores, nada mais havendo a tratar (Vozes sobrepostas.), está encerrada a reunião.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Pela ordem, pela ordem, Sr. Presidente. Apenas para lembrar a todos que na próxima quarta-feira. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - MAJOR MECCA - PL - Na próxima quarta-feira, dia 13.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - Às 13 horas, perdão, ao meio-dia, haverá uma reunião conjunta da Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e da Comissão de Direitos Humanos, onde iremos ouvir o Claudinho Silva, ouvidor, a respeito do seu trabalho junto à Segurança Pública. Até gostaria de fazer uma última indagação. Como é que o secretário Derrite vem dialogando, interagindo e avaliando o trabalho do ouvidor. E eu gostaria também de lhe dar - já lhe dei, na ocasião que nos reunimos, inclusive, com o governador Tarcísio de Freitas - os meus livros sobre a renda básica de cidadania.

Mas eu aqui vou lhe dar mais um, do professor Philippe Van Parijs e Yannick Vanderborght, “Renda Básica: Uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã”. E isso porque considero que na medida em que instituímos no Brasil uma renda básica universal, a criminalidade vai diminuir significativamente, colaborando, portanto, com o seu objetivo de maior segurança para toda a população. Muito obrigado.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *